

**INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA**



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**

PPI Comentado

Seminário do PPI

Maio/2013

APRESENTAÇÃO

Este texto é uma compilação dos comentários dos Grupos de Trabalho do Seminário do PPI a respeito do Projeto Pedagógico Institucional 2009-2013.

O Seminário do PPI foi realizado de 15 a 17 de maio de 2013 nos câmpus São José, Florianópolis e na Reitoria. Participaram do evento 111 servidores, de todas as unidades organizacionais do IFSC. Os participantes do Seminário foram divididos em cinco grupos de trabalho: Ensino, Pesquisa, Extensão, Políticas de Gestão, Responsabilidade Social e Assuntos Estudantis.

Quadro 1: Participantes dos Grupos de Trabalho

GRUPO 1 (G1) ENSINO	GRUPO 2(G2) PESQUISA	GRUPO 3 (G3) EXTENSÃO	GRUPO 4 (G4) POLÍTICAS DE GESTÃO	GRUPO 5 (G5) RESP. SOCIAL E ASSUNTOS ESTUDANTIS
Daniela Carvalho (coord.)	Valdir Noll (coord.)	Fabiana M. Amaral (coord.)	Silvana F. P. e Silva (coord.)	André S. Alves (coord.)
Angela Brognoli Berenice G. Z. von Dentz Carlos Alberto Souza Caroline Lengert Guedes Cláudia Regina Silveira Débora Magna S. C. Souza Dorival Menegaz Nandi Eduardo Nascimento Pires Eliodora de Fátima E. Ventura Evandro Belmiro da Silva Gisele da Silva Cardoso Graziela de S. Sombrio Jacira Zarpellon Mazo João Pacheco de Souza Juarez Pontes Juliano Daniel Boscatto Maria Angelica B. Marin Marina Gabriela F. Scirea Marlon Vito Fontanive Mirtes Lia Pereira Barbosa Paulo Roberto Weigmann Paulo Roberto Wollinger Sergio Hass Sérgio Seitsi Uda Uéslei Paterno Valter Vander de Oliveira Virgínea A. de Lorena	Alexandre Galiotto Alisson Luiz Lessak Ana Cristina F. Geraldo Camila Paim V. Coelho Carlos A. H. Fernandes Luciane Farias Carneiro Mário de Noronha Neto Mauro Tavares Peraça Raquel Matys Cardenuto Ricardo Luiz Alves Roberta Garcia Barbosa Sueli Costa Thiago Meneghel Rodrigues Vitor Chemello	Bruno Bertagnolli Carmem C. Beck Cristine F. Costa Daiane L. Toledo Estevan Felipe P. Muñoz Felipe C. Nunes Braga Golberi S. Ferreira José de P. Alves Neto Marcela M. L.L. Beltrame Rita de Cássia Flôr Vinicius De Lucca Fº	Adilson Jair Cardoso Adriano Heis Albertinho D. Giustina Aline Heinz Belo Andreia Hoepers Caio A. Martins Monti Cristiane B. Santos Daniel A. Pereira Daniele C. da Silva Emerson R. de Mello Felipe F. B. Silva Geancarlo V. Werner Jesué Gracliano Silva Marcelio L. da Cunha Márcio H. Blasius Maurício Gariba Jr. Maurício M. Taques Oscar Silva Neto Paulo Vitor Tavares Pricila S. O. Thiesen Regis Zanella Rogério Pereira Silvana Rosa L. de Sá Widomar P. Carpes Jr. Volnei V. Rodrigues	Alexsandra J. D. P. C. Zanin Antônio Pereira Cândido Elenita E. de L. Ramos Farleir Luis Minozzo Fernando Bittencourt Jacinta Lucia R. Marcom Janaína Turcato Zanchin Juarês de Melo Vieira Juliana Farias de Limas Juliete A. S. Linkowski Luiz Roberto Cidral Marcos Aurélio Neves Maria Luisa H. de Souza Michelle C. Corrêa Neli de Lemos Paulo Cesar Machado Raphael Thiago Gerba Rosângela G. P. C. Cruz Sueli Maria Furtado Lima Telma Pires P. Amorim Vanessa dos S. Grandó Yuri Lopes A. Salomão

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL COMENTADO (os comentários dos grupos estão destacados na cor vermelha, em itálico)

Considerações iniciais dos grupos 1 e 4:

G1:

Proposta de estrutura do documento :

1. *Fundamentação Legal*
2. *Conceito de PPI*
3. *Princípios Educacionais/Concepções Norteadoras*
 - 3.1 *Educação, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino-Aprendizagem, Avaliação e Currículo (contemplar a Ed. Tecnológica e seus sujeitos)*
4. *Conceitos de Ensino, Pesquisa e Extensão*
 - 4.1 *Indissociabilidade, Políticas, Diretrizes, Formação de Formadores)*

Rever a coerência dos termos: aluno, professor, educador, educando, docente, discente, indivíduo, sujeito...)

G4: CONSIDERAÇÕES GERAIS AO DOCUMENTO: *Necessidade de:*

1. *Definição dos termos e contextualização dos **conceitos**;*
2. *Revisão da redação das diretrizes e princípios de gestão;*
3. *Aplicação de mais de um modelo de gestão, diante das demandas institucionais e legislação vigente. Elaborar um texto específico (Necessidade de revisar e detalhar o modelo de gestão descentralizada, considerando o cenário atual (diversidade dos câmpus) - atuação em rede. Discutir os níveis de centralização e descentralização, considerando a configuração atual dos Institutos Federais. Avaliar a realização das atividades fins nos câmpus e as diretrizes na Reitoria) ;*
4. ***Atemporalidade** do documento;*
5. ***Revisão técnica** do documento;*
6. *Avaliar o documento como um todo, relacionando as proposições para o capítulo da gestão. O documento é um retrato da época, da transformação em instituto federal e da expansão. Nesse sentido, o novo PPI e PDI devem demonstrar e orientar a instituição em consonância com a realidade atual e com as demandas futuras.*
7. *Inclusão de **novas políticas**, diante do contexto institucional;*
8. *Avaliação dos resultados alcançados previstos no PPI vigente e prospectar, detalhando os desafios institucionais;*
9. *Inclusão do PPI no rol dos documentos apresentados ao servidor ingressante na instituição, bem como parte integrante do processo de ambientação dos servidores.*
10. *consolidar a compreensão do conceito e dos fundamentos das pesquisas de base e aplicada no IFSC - necessidade de alinhar o objeto das pesquisas aos eixos tecnológicos dos Câmpus (art. 7º da lei de criação dos Institutos Federais e Acórdão TCU 506.2013).*

PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS DE GESTÃO

- *Política de Tecnologia da Informação e Comunicação**
- *Política de Segurança da Informação***
- *Política de Comunicação**
- *Política de Internacionalização**
- *Política de Responsabilidade Socioambiental***
- *Política de Infraestrutura*
- *Política de Gestão de Pessoas*
- *Política de Gestão do Conhecimento e da Informação*
- *Política de Governança Corporativa*

Observação: necessidade de contextualização dos conceitos

PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES DE GESTÃO

- *“Tratar o ensino como atividade central em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão do câmpus”.*

- “Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão”.
- “Promoção de ações inclusivas que visem o acesso, permanência e êxito dos estudantes”.

2.1. Inserção regional

(G1 Este item 2.1 deve ser alocado no item 1. Justificativa: entendemos que deve ficar com a descrição do perfil institucional.)

(G5 O item 2.1 deve ser atualizado pelas assembleias do câmpus, levando em consideração as questões apontadas abaixo. A oferta de cursos e ações de pesquisa e extensão dos câmpus devem estar diretamente relacionadas à situação da região na qual está inserido. O seminário avaliou que as informações de todas as microrregiões devem estar organizadas. Os dados devem mostrar as possibilidades e desafios para cada região. Esse texto deve ser desdobrado nas microrregiões, agregar as informações demográficas, atualizando os indicadores considerando questões econômicas, demográficas e socioculturais (escolaridade da população local, oferta da educação local e admissões e demissões por ofício na área - dados do MTE). Exemplo: Para a região de Itajaí: enfatizar questões relacionadas à pesca e à atividade portuária. Considerar atividades emergentes, polos de inovação tecnológica, distribuição de renda)

(G2 Além do documento integral, produzir, também, uma síntese com as principais informações para divulgação, especialmente para o aluno.)

Vinculado ao Ministério da Educação, o IF-SC possui sete campi em funcionamento: Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Joinville, Chapecó, Florianópolis-Continente e Araranguá. No Plano de Expansão II, cujas obras estão em andamento, estão contemplados os *Campi* Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages, São Miguel do Oeste e Palhoça. Além desses *campi*, está em processo a instalação dos Núcleos Avançados de Urupema, de Caçador e de Xanxerê, sendo o último resultado da federalização do Centro Tecnológico Industrial Metal Mecânico de Xanxerê. Está em andamento, também, a federalização do Centro Politécnico Geraldo Werninghaus de Jaraguá do Sul. Além disso, o IF-SC oferece cursos na modalidade Educação a Distância nos seguintes pólos: Jales (SP), Foz do Iguaçu (PR), Nova Londrina (PR), Cachoeira do Sul (RS), São João do Polêsine (RS), Tapejara (RS), Tio Hugo (RS), São José (SC) e Itapoá (SC).

Com seus campi e núcleos avançados distribuídos pelo Estado de Santa Catarina e os pólos de Educação a Distância, o IF-SC constitui-se um sistema com a Reitoria instalada no município de Florianópolis. A Figura 2 apresenta a distribuição geográfica do Instituto no estado.

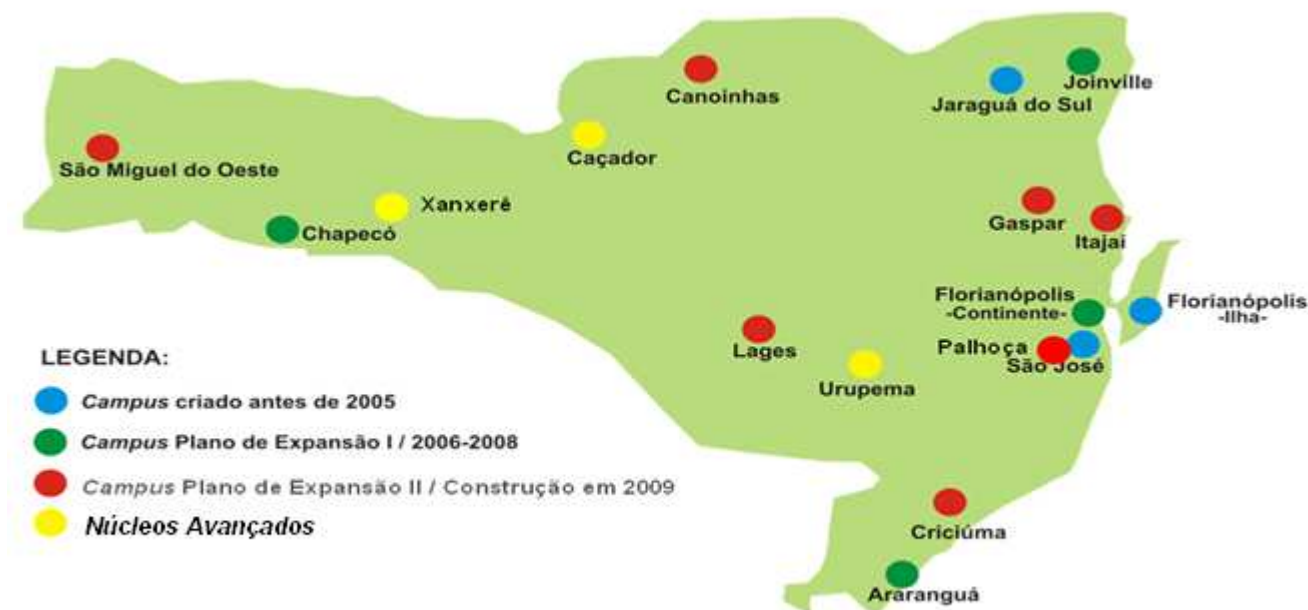


Figura 2 – Distribuição geográfica dos Campus e Núcleos Avançados do IF-SC

Para que se possa visualizar a relevância da presença do IF-SC em diferentes regiões, destacam-se algumas características do Estado de Santa Catarina.

Na constituição do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), o Estado ocupa a sétima posição, embora possua apenas 3% da população do país. O setor secundário participa com 49%, o setor primário com 17% e o terciário com 34%. Sua economia é uma das mais equilibradas do país e suas regiões econômicas têm como garantir a qualidade de vida de seus moradores.

Com uma indústria de transformação que ocupa a quarta posição no país em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores, o Estado ocupa a oitava posição nacional em produtos de exportação.

Caracteriza-se, ainda, por microrregiões bem definidas do ponto de vista socioeconômico. No norte, predominam as indústrias moveleiras, de malhas e de motores. No sul, destacam-se a extração mineral, a produção cerâmica e de descartáveis plásticos. No planalto serrano, a agropecuária e a indústria madeireira. No oeste, a agroindústria, com a produção de frutas e de aves congeladas para exportação. E na região chamada Grande Florianópolis, há predomínio do setor tecnológico e de serviços ligados ao turismo, à administração pública e ao ensino.

Santa Catarina, portanto, apresenta seis eixos industriais claramente identificados: agroindustrial, eletro-metal-mecânico, mineral, florestal, têxtil, vestuário e tecnológico. No comércio, apresenta duas classes: comércio interno e comércio externo e, ainda, o comércio varejista e atacadista.

Outra atividade de destaque da economia catarinense é a agricultura, com vários produtos em primeiro ou segundo lugar no *ranking* nacional de produção. Além da indústria pecuária, os pólos tecnológicos vêm ganhando grande importância na economia. O Estado já conta com três pólos: Florianópolis, Blumenau e Joinville.

Nesse contexto, o IF-SC tem procurado atender às demandas sócio-educacionais disseminando educação profissional e tecnológica pública e gratuita, contribuindo para o desenvolvimento das

regiões de Santa Catarina, pela via do fortalecimento dos arranjos produtivos locais e do incremento da capacitação de pessoas.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do planejamento da oferta de Educação Profissional e Tecnológica, observadas as demandas laborais e a sintonia da oferta com os indicadores sócio-econômico-culturais, locais, regionais e nacionais. Com a transformação em Instituto Federal, o papel da instituição amplia-se, exigindo uma atuação eficaz em resposta às demandas da sociedade.

2.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

(G1: Antes desse item inserir o conceito de PPI (fundamentado no doc IF uma revolução na EPT, Pacheco, E., 2010) e sua fundamentação legal, por ex: art. 205 da Constituição Federal, art. 3 e 12 da LDB, Lei 11892, art 6 e 7, Decr. 5773 e PNE. Favor incluir os REFERENCIAIS TEÓRICOS ao longo do texto.)

(G2 sugerimos que toda essa seção seja organizada em:

a) introdução:

- contexto mundial*
- contexto nacional*
- políticas de expansão e financiamento*

b) Indissociabilidade EPE

c) dividir em 3 partes (ensino, pesquisa, extensão) com os seguintes tópicos:

- contexto nacional/estadual*
- como está inserido no IFSC*
- Desafios*
- Formas de fomento*
- políticas*

Construir a seção de Políticas relacionando diretamente cada item da seção de diretrizes, para garantir que cada diretriz tenha uma ou mais políticas que atendam aquela diretriz..)

O IF-SC adota os princípios filosóficos *(G1 retirar, pois cada princípio será explicitado, conforme proposta posterior.)* e teórico-metodológicos colocados a seguir, tomando como ponto de partida o marco referencial elaborado pela comunidade e aprovado em Congresso do Projeto Pedagógico Institucional, no ano de 2005 *(G2 atualizar)*. Entende-se que a concepção de educação *(G1 apresentar a concepção de educação antes de utilizar nesse parágrafo, bem como, a concepção de EPT do IFSC.)* e os princípios devem ser vivenciados nas relações estabelecidas na comunidade acadêmica, seja em sala de aula, seja em outras situações ocorridas na Instituição. *(G1 Incluir aqui os princípios sinalizados ao final desse item.)*

Parte-se do pressuposto de que uma instituição educacional precisa levar em conta os problemas decorrentes das relações que se estabelecem em seu contexto. Consciente da trama de relações sócio-econômicas e culturais, considerando os fundamentos legais concernentes à educação, a instituição poderá agir intencionalmente e contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, justa, livre, participativa e fraterna. *(G1 Lembrar de justificar a concepção e os princípios de inclusão (amplo) no IFSC que será explicitado mais adiante.)*

Sendo assim, *(G1 Realocar e verificar repetição. Se necessário, incluir nas justificativas.)* é indispensável um olhar sobre o paradoxo instalado na atualidade: enquanto se presencia as maiores e mais rápidas transformações tecnológicas, convive-se com a miséria e a injustiça social em muitas regiões do planeta, inclusive no Brasil. Por isso, é necessário situar os problemas existentes no contexto em que o IF-SC atua para, em seguida, apontar a direção pela qual caminhará essa Instituição.

Uma das características marcantes na atualidade é a globalização, *(G1 Incluir na introdução do PPI(análise de conjuntura))* um processo determinado pelo funcionamento dos mercados e da economia que repercute diretamente na cultura e nos costumes dos povos *(G2 RETIRAR ESTA FRASE)* É notório, que embora indique a inserção de todos, o processo de globalização tem gerado diferenças entre países pobres e ricos.

Mesmo compreendendo *(G2 sugerimos simplificar essa seção (de sociais até ambientais) e incluir uma análise socio-econômica do país atualizada, com o novo contexto do país, com a melhoria da condição socio-econômica do país. Incluir a melhoria tecnológica do país, com referencias do Plano Brasil Maior e onde o IFSC está inserido nessa condição atual. Sugerimos também REFERENCIAR as citações ou idéias que não são de quem escreveu o texto.)* a diversidade de estágios de desenvolvimento dos países, indicadores socioeconômicos mostram que parte da população do mundo está sujeita a problemas tais como:

SOCIAIS - empobrecimento de parte da população expresso na miséria e na fome; déficit de saneamento básico; falta de segurança pública; condições precárias de atendimento à saúde; baixa qualidade da educação; precarização das condições de trabalho expressa em elevadas taxas de desemprego, baixos níveis salariais e carência de mão de obra qualificada.

POLÍTICOS: concentração de poder político por parte de grandes grupos e corporações; perda de direitos sociais adquiridos; ruptura com preceitos éticos expressa em corrupção, clientelismo, má administração pública e tráfico de influência.

ECONÔMICOS: constituição de blocos de poder que determinam as relações econômicas baseadas na maximização dos lucros; concentração do conhecimento (ciência e tecnologia) nas mãos de

grandes grupos econômicos, colocando os países em desenvolvimento na condição de meros reprodutores e consumidores de tecnologia; imposição de princípios ditados pelas empresas transnacionais; protecionismo aos países desenvolvidos; expansão no setor de serviços cada vez mais caracterizado pela informalidade das relações de trabalho; predominância de valores pautados na competitividade, em detrimento de valores pautados na solidariedade e coletividade.

CULTURAIS: imposição de valores de determinados grupos sociais; consumismo; hegemonia cultural devido à globalização e à imposição de determinados modelos da ciência e da tecnologia; xenofobia; submissão à velocidade das transformações materiais em detrimento do tempo necessário para avaliação e possível assimilação; preconceitos com as minorias.

RELIGIOSOS: utilização da religião para fins econômicos, políticos e ideológicos, gerando conflitos entre os povos.

AMBIENTAIS: consumo irresponsável de recursos naturais como a água e a energia, o que tem gerado problemas tais como inundações, secas, desertificação, furacões, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, desastres ecológicos e incêndios nas florestas. Embora haja uma preocupação maior em relação ao meio ambiente, ainda é insuficiente para reverter as projeções de aquecimento global, que demandará uma mudança de postura em relação ao consumismo e a busca de um desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à educação, os investimentos ainda não são suficientes para melhoria dos indicadores educacionais dos países mais pobres.

Especificamente no Brasil (*G2 colocar referenciais mais claros e numéricos atualizados.*), nos últimos anos tem ocorrido um esforço de criação de mais oportunidades educacionais na esfera pública, bem como da melhoria da qualidade do ensino. Programas tais como o ProUni, aumento dos recursos para crédito estudantil, pisos salariais mínimos para os professores, Planos de Expansão da educação profissional e a decorrente interiorização da oferta tem contribuído para melhoria gradual da qualidade do ensino e para a qualificação dos trabalhadores. Ainda assim, persiste um expressivo número de jovens fora da instituição escolar, devido à necessidade de ingressar no mercado de trabalho para garantir a subsistência. Mesmo com a implantação de pisos salariais, ainda há inadequação de planos de carreira voltados aos profissionais da educação; déficit de professores licenciados, principalmente para atuar no Ensino Médio, sobretudo na área de Ciências da Natureza e Matemática; insuficiência de material didático; uso inexpressivo das novas tecnologias em sala de aula; condições insuficientes de infra-estrutura, entre outros aspectos que interferem na qualidade de ensino.

(*G1 articular essas ideias com princípios/diretrizes no início do item.*) Diante desse quadro, o IF-SC, uma instituição pública imbuída de sua função social poderá contribuir com as transformações atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover a mudança de postura e de prática diante dessa realidade.

Para tal, impõem-se os seguintes desafios:

1. Assegurar o caráter público e gratuito da Instituição visando à inclusão educacional e social; *(G1 Diretriz geral da instituição)*
2. Orientar as ações com base em pressupostos éticos, contribuindo para o convívio social, à manutenção da paz e ao respeito aos direitos humanos; *(G1 Valores)*
3. Preparar o aluno para que se torne capaz de fazer intervenções na sociedade no sentido de superar as desigualdades sociais; *(G1 Diretrizes de Ensino pesquisa e extensão)*
4. Criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional constante dos trabalhadores, com o oferecimento de cursos de formação em todos os níveis;
5. Atuar diretamente em problemas da comunidade;
6. Construir a identidade e a autonomia da Instituição; *(G1 Diretrizes de gestão)*
7. Criar condições para que os servidores atuem de modo responsável e comprometido com a função social da Instituição;
8. Construir a organicidade coletiva. *(G2 incluir:*

a) Preparar os servidores da Instituição para melhor exercer suas atividades-fim

b) Inserir a pesquisa aplicada, a transferência de tecnologia e a inovação como um desafio.

c) prezar pela qualidade do ensino;

d) desafio: valorizar a competência do aluno, incentivando aqueles que se dedicam e participam mais.

e) incluir o desafio da expansão sem perder a qualidade educacional.

f) modernização e utilização das ferramentas educacionais.)

(G1: incluir na concepção de educação, observando a coerência teórico-metodológica.) Esses desafios implicam a quebra de muitos paradigmas relacionados à função da Instituição na sociedade e remetem à educação como condição de libertação do homem *(G2 frase vaga... retirar.)*. Ter direito à liberdade, à justiça e à dignidade é condição indispensável para a construção de uma nova ordem social. *(G2 que nova ordem social é essa? sugerimos retirar esse parágrafo.)*

Nessa perspectiva, a educação, é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica e, sobretudo, atuante na sociedade. Mobilizar-se nessa direção significa *(G2 repensar essa frase... a submissão a autoridades é importante e qualificar o que é exploratório.)* condenar toda e qualquer ação que repercuta em exploração e submissão do Ser Humano e atuar para *humanizar o globo e não globalizar o homem*. Implica defender, nas práticas cotidianas, a solidariedade, a ética, a igualdade social, o reconhecimento das diferenças, a liberdade e o respeito à natureza *(G1: Valores)*.

(G1: A frase a seguir apresenta uma `finalidade` para o IF. Deve ser realocada. Quem sabe na concepção de educação.) No contexto econômico, considerando-se a necessidade de vencer as desigualdades, destaca-se como um dos eixos prioritários a ser trabalhado, o da educação. *(G2: educação é a conjunção de ensino-pesquisa e extensão e deveria aparecer isso claramente no texto, para não dar a idéia de que educação é somente ENSINO.)* Uma instituição educacional deve garantir aos egressos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária.

(G1: rever ideias para concepção de educação. observar contradições nas mesmas.) Para tal, faz-se necessário um projeto educacional em que a história da construção do coletivo integre-se à história individual de cada vida - que não pode e nem deve ser esquecida, pois a construção coletiva de sociedade é inerente à educação de seres humanos autônomos, com capacidade de entender e cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos.

Nesse sentido, o IF-SC deve preservar e fortalecer sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com educação de qualidade.

(G1: pressupostos metodológicos de educação) O processo ensino-aprendizagem deve ser baseado no diálogo professor-aluno, ser contextualizado de forma a desenvolver a capacidade de análise das situações e a tomada de posições quanto ao social em qualquer nível (nacional e/ou mundial), ser engajado nos movimentos sociais de inclusão da população marginalizada, ter compromisso com a produção cultural nacional e mundial.

Nessa perspectiva, um aspecto importante a observar diz respeito à relação entre o processo educativo e a geração de novas tecnologias. *(G2 Essa frase é altamente político-ideológica de um segmento da sociedade e não reflete o pensamento da pesquisa e inovação. Uma IE que tem como missão a ciência e a tecnologia deveria valorizar e apoiar o desenvolvimento tecnológico de maneira positiva. Sugerimos fazer essa defesa nesse texto, com essa ênfase)* . O grande desafio será o de *(G1: conflito de concepções: reflete uma concepção liberal de educação e o restante da redação indica uma concepção progressista.)* desenvolver nos alunos a capacidade de avaliar e de fazer escolhas sobre qual tecnologia usar, sabendo discriminar o que é consumismo e o que é fundamental.

Sabe-se que o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que gerou melhorias das condições de vida e bem estar, também esteve vinculado ao aumento de violência nas relações sociais do mundo, a partir do momento em que o capital subjuga as populações do ponto de vista

econômico e político, utilizando a tecnologia, financiando e pré-determinando a direção no que se refere às pesquisas e desenvolvimento.

(G1: Readequar o parágrafo no texto, dentro de concepção educacional) Assim, as escolhas têm que considerar as mudanças concretas e, para tal, é preciso aprender a indagar e achar respostas sobre o que originou determinada tecnologia, de que decorre a mudança tecnológica e a quem beneficia. Perceber a origem das mudanças é perceber, também, para onde caminhamos em termos de mundo e de tecnologia.

(G2 transportar essa parte para a parte de VALORES e PRINCÍPIOS do IFSC) Isso posto e tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública gratuita, as ações educacionais do IF-SC devem sustentar-se nos princípios a seguir relacionados: *(G1 Incluir esses princípios no início desse item, acrescentando um comentário sobre cada um e revisá-los.)*

1. Todas as ações e vivências estarão imbuídas de valores como a solidariedade e a ética.
2. Os docentes, técnico-administrativos e alunos tratarão os integrantes da comunidade acadêmica e serão por eles tratados respeitando as diferenças de qualquer natureza.
3. O processo educativo desenvolvido será inclusivo, ou seja, respeitará a pluralidade própria da sociedade humana.
4. O respeito à natureza e a busca do equilíbrio ambiental serão práticas permanentes no cotidiano da vida acadêmica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
5. Todos os integrantes da comunidade acadêmica serão educadores e agirão como tal.
6. A gestão da instituição será democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões.
7. O trabalho educativo será construído mediante o diálogo, principalmente no que tange ao processo ensino-aprendizagem.
8. O trabalho educativo é entendido como um trabalho de humanização, de formação de cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade na qual estão inseridos.
9. A tecnologia será valorizada pelo que acrescenta de qualidade à vida humana.
10. As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão baseadas no princípio da indissociabilidade.

2.2.1. Ensino, Pesquisa e Extensão

(G1: iniciar conceituando ensino, pesquisa e extensão.)

(G3 Fazer uma introdução apresentando a organização da seção, para que o documento fique mais didático.)

G3 Sugestão de Reestruturação do PPI

1. Ensino, Pesquisa e Extensão
 - 1.1 Caracterização do ensino
 - Definição
 - Importância
 - Objetivos
 - Diretrizes
 - 1.2 Caracterização da Extensão
 - 1.2.1 Definição

A extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido.

A extensão deve beneficiar a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

1.2.2 Importância

- Adicionar item sobre a ampliação da visão do aluno. Ver plano nacional de extensão.
- As atividades de extensão atua na de forma eficaz na aprendizagem, norteada na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem complexa e integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas sim à convivência social com a comunidade, tornando-os profissionais completos e humanizados.
- Benefícios diretos aos campus em Expansão: favorecem a consolidação da imagem institucional na sociedade contribuindo para o processo de implantação
- Permite o conhecimento da realidade sócio econômica e cultural no qual o campus está inserido permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa de modo a atender as demandas da região (Inserção e visibilidade na comunidade)
- Permanência e Êxito: As atividades de extensão permite significar os conceitos acadêmicos e científicos contribuindo para a permanência e êxito do discente. (aproveitar texto Daiane)
- Parcerias com instituições públicas e privadas amplia a oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino extens.
- A relação com o mundo do trabalho proporciona ao docente uma formação continuada de conceitos, processos e tecnologia e ao discente uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.
- O desenvolvimento de atividades de extensão podem gerar ações empreendedoras internamente e externamente

1.2.3 Objetivos

As atividades de extensão tem como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando;

I- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências.

II- Buscar interação sistematizada com a comunidade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas e privadas, e com as entidades da sociedade civil.

III- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem os saberes;

IV- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.

V - Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.

VI - Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.

VII - articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica;

VIII - realizar ações que promovam o desenvolvimento tecnológico e social.

1.2.4 Diretrizes

- Desenvolvimento de ações entre o IFSC e a sociedade proporcionando o desenvolvimento regional.
- Participação dos alunos, visando ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania.
- Inserção dos alunos no meio social, promovendo o empreendedorismo e a empregabilidade.
- Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, garantindo o processo formativo e a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade.
- Interação dialógica com diferentes segmentos da sociedade para promoção da troca de saberes e o desenvolvimento de ações mútuas.
- Interdisciplinaridade no atendimento a demandas formativas e sociais.
- Integração intercampus e interinstitucionais para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão articulados com pesquisa aplicada.
- Difusão de conhecimentos científico e tecnológico a fim de atender a missão institucional.
- Promoção de ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade.
- Inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos, garantindo a flexibilização curricular.
- Desenvolvimento de produtos de extensão (vídeos, cartilhas, manuais, artigos, relatos, livros, mídias em geral).
- Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social nos campus do IFSC que implementem ações inclusivas e de tecnologias sociais atendendo preferencialmente populações e comunidades em situação de risco alinhadas a áreas temáticas da extensão. (fonte: TAM)

1.3 Caracterização da Pesquisa

Definição

Importância

Objetivos

Diretrizes

1.4 Indissociabilidade do Tripé

1.5 Políticas de Ensino Pesquisa e Extensão

1.6 Gestão

(G1: Tratar da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.)

Para que o Projeto Pedagógico Institucional repercuta em mudanças efetivas, é importante considerarmos quais ideais movem as pessoas e quais expectativas têm os integrantes da Comunidade Acadêmica a respeito dos caminhos a serem trilhados.

(G3: É importante caracterizar ensino, pesquisa e extensão no âmbito do IFSC. Ensino e pesquisa devem desenvolver o entendimento desses conceitos na instituição.)

(G3: CARACTERIZAÇÃO DE EXTENSÃO: A extensão compreende um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico), impactando na realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido.

A extensão deve beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal, potencializando a missão institucional.

A extensão é uma ferramenta institucional que promove o ingresso a permanência e o êxito, contribuindo para a diminuição da evasão.)

Nessa perspectiva, o IF-SC estabelece suas políticas e estrutura as suas ações. *(G1:retirar)*

(G1:Encaminhar para a introdução, revendo ideias repetidas. Esses parágrafos não fundamentam o item ensino, pesquisa e extensão. A parte que fala sobre avaliação, preparar para o vestibular, precisa ser excluída urgentemente.) Com a consciência de que o Instituto Federal é uma instituição pública, gratuita e de qualidade, a instituição quer assumir sua função social *(G2 trocar por: "tem por finalidade cumprir a sua Missão")*, sendo uma instituição voltada à socialização de saberes teóricos, práticos e comportamentais, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos *(G1 o termo indivíduo remete a uma concepção positivista de educação, no texto fala de educação transformadora o termo mais adequado seria sujeito)* para se constituírem cidadãos participativos, co-responsáveis nos processos de transformação da sociedade.

(G2 incluir uma frase que indica que o IFSC deve também não estar preso as condições da sociedade, mas poder alavancar novos conhecimentos e novos processos através da pesquisa e da extensão.) A instituição existe para servir à sociedade. Por isso, é preciso que haja interação com a comunidade para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da Instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

Sendo assim, a todo o momento, a Instituição precisa indagar-se:

1. Quais projetos pode desenvolver para atender à comunidade?
2. Os cursos ofertados interessam à comunidade?
3. As oportunidades educacionais e de profissionalização oferecidas estão em consonância com as demandas dos arranjos produtivos da região? *(G2 incluir: a) quais projetos de pesquisa devem ser fomentados no IFSC visando ampliar a inserção dela na comunidade? b) Quais linhas de pesquisa/ações devem ser fomentados para permitir que ocorram avanços científicos e tecnológicos)*

É fundamental assumir que a qualidade da educação pressupõe qualidade para todos, em todas as dimensões da vida humana. *(G1 incluir no subitem Acesso, permanência e exito. Rever a frase, considerando a ideia de inclusão.)* Isso significa que a instituição não pode ser privilégio de determinados grupos e nem pode limitar-se à meta quantitativa *(G2 acrescentar que deve se manter a qualidade durante a ampliação de vagas.)* de ampliar vagas. *(G1 incluir no subitem currículo e detalhar mais cada um dos aspectos)*

O trabalho da instituição deve abranger diversas finalidades, associadas às seguintes dimensões:

1. *cultural* – compreender a pluralidade cultural dos diferentes grupos sociais;
2. *política e social* – compreender a sociedade e participar no espaço em que vive, exercendo plenamente a cidadania;
3. *formação profissional* – situar-se na condição de trabalhador crítico e criador;
4. *humanística* – viver plenamente a condição de Ser Humano, sujeito da história.

(G1: incluir no item acesso permanência e exito, necessidade de atualizar com os novas políticas de acesso) O processo de ingresso nos cursos mantidos pela Instituição deve constituir-se de mecanismos que favoreçam a igualdade de condições de acesso. É imprescindível que se busquem alternativas que efetivamente representem oportunidades para alunos das camadas populares. *(G3 substituição do termo "camadas populares" por diferentes segmentos da sociedade)*

(G1: incluir no subitem acesso, permanência e êxito)

Além disso, a democratização e, especialmente, a ampliação da oferta de vagas, pressupõe condições estruturais de ordem material, física e humana. A oferta de vagas também deve orientar-se pelas demandas educacionais. E para que se torne exequível, é indispensável a presença do Poder Público no que diz respeito às condições objetivas de funcionamento da Instituição. *(G1: relacionado a ensino aprendizagem, aspectos metodológicos)* Por outro lado, do ponto de vista pedagógico, também as necessidades dos alunos devem ser indicadores de aprimoramento da prática educacional. Se as condições de aprendizagem do aluno não são favoráveis, é preciso que a instituição se mobilize criando-as. A diversidade das condições de aprendizagem, ou a chamada heterogeneidade, é uma realidade que não pode ser negada. Desde o processo de ingresso até a conclusão de um curso, a Instituição precisa ocupar-se com as reais condições dos alunos.

(G1: item acesso permanência e exito, detalhar mais a política de assistência estudantil atual)

Ainda em relação às condições dos alunos, é fundamental a devida atenção às questões de ordem sócio-econômica. Isso diz respeito desde as exigências relativas ao vestuário para permanecer na instituição até a sua manutenção em termos de alimentação, aquisição de material didático e transporte.

(G1 inserir parágrafo) Acresce-se também que como Instituto Federal, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão emerge *(G3 alterar "emerge" por "destaca-se")* como tripé de sustentação da instituição.

Isso significa que, *(G3 incorporado ao)* além do currículo específico dos cursos, é preciso que se oportunize, mediante eventos de natureza científica, tecnológica, cultural, a ampliação de suas ações tanto interna *(G3intercâmpus, interinstitucionais e demais atores sociais relevantes para os arranjos produtivos local, regional e nacional)* quanto externamente. É preciso, também, que se realizem experiências inovadoras e estratégias diferenciadas. Entretanto, para que o Instituto se consolide, cada *Campus (G3 rever redação (evitar personificar câmpus) (PRODIN No sentido de que a identidade do IFSC é uma só, isso?)* precisa rever a sua identidade, perguntando-se, constantemente, se o que está fazendo satisfaz às necessidades da comunidade na qual está inserido.

Para tanto, é necessário fomentar a interação entre a comunidade e a Instituição, como também com os arranjos produtivos. Parte-se do entendimento de que o currículo é o instrumento que viabiliza orienta. *(G2 Quem viabiliza é a instituição como um todo.)* o processo ensino-aprendizagem, constituindo-se no conjunto de intenções e ações que visam à formação do aluno, a partir das condições estabelecidas pela organização institucional. Ele compreende o quê, para que e como ensinar, bem como a avaliação.

Sendo assim, representa as práticas que consolidam as finalidades da instituição. Como se deseja uma instituição que prepara para o trabalho e para a vida em todas as suas dimensões, é preciso um currículo que dê conta de preparar o indivíduo para enfrentar avaliações no campo de conteúdos, tais como as inerentes ao vestibular, mas, sobretudo, para situar-se como cidadão que se reconhece como sujeito crítico e criador e luta por construir condições de vida digna.

O currículo, então, deverá ser dinâmico, atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito criativo que pesquisa e participa ativamente na construção do seu conhecimento.

(G2: levar para a introdução. Ter uma abordagem de ensino que transcende a disciplina, mas envolve a comunidade interna e externa. A explicação entre parêntesis, que explica o que é, deveria se ampliada e revista.) O IF-SC tem como missão “desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico formando indivíduos para o exercício da cidadania e da profissão”. *(G1:não há necessidade de repetir missão.)*

Nas diretrizes do IF-SC (*G1 Reescrever revendo as concepções de ensino, pesquisa e extensão.*), a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Ensino (Unidade curricular) + Pesquisa (Elaboração dos novos conhecimentos) + Extensão (contato com os problemas da comunidade) = aprender a aprender, condição para o exercício profissional criativo e de busca permanente de atualização.

(G1 Foi recomendada a inclusão na fundamentação legal.) A concretização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11892, de criação dos Institutos. Destacam-se:

1. o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
2. o vínculo entre a oferta formativa e a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
3. o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica; *(G2: por meio de projetos de pesquisa, orientados por metodologias científicas, e não a mera cópia do conhecimento)*
4. a qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino; *(G2 não necessariamente só para a rede pública, mas também a rede privada.)*
5. o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
6. a realização de pesquisa aplicada *(G2 incluir as incubadoras, empresas junior, hotel de projetos, etc...)*, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; *(G2 com ênfase a pesquisa aplicada, sem esquecer a pesquisa básica.)*
7. a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

Sendo assim, os projetos da Instituição devem ser permeados pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Tornou-se lugar comum afirmar que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser interligadas e voltadas às necessidades da comunidade acadêmica e da comunidade em que está

inserida a instituição. Como isso, porém, consolida-se na prática diária da instituição é a questão a ser respondida.

Ao falarmos em indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão pretendemos ressaltar que cada uma dessas atividades mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

(G1:rever e aproveitar ideias para conceituar ensino. Lembrar que esses conceitos precisam estar articulados para evidenciar e fortalecer a indissociabilidade entre EPE no IFSC.) O ensino é o processo de compartilhar os saberes construídos historicamente. Tem, portanto, caráter reflexivo, pois implica o desejo de compreender o mundo, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Entretanto, embora nesse processo estejam envolvidos sujeitos que ensinam e sujeitos que aprendem, não se trata de um processo de transmissão, porque o ato de conhecer pressupõe ação do sujeito que conhece, isto é, ao conhecer o sujeito estabelece relações entre os diversos saberes e, assim, pode produzir novos saberes, que promoverão o desenvolvimento da cultura e da tecnologia.

Nessa perspectiva, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades. As ações e os meios devem contemplar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão.

Isso pressupõe o comprometimento de cada um com o processo pedagógico. O desejo e o empenho em promover inovações são condições necessárias para atender às diversidades, respeitando a pluralidade cultural. Se o aluno chega à instituição com carência de conteúdos, isso não poderá, de modo algum, levar os atores do processo ao imobilismo ou à simplificação. Ao contrário, é preciso incorporar a idéia de que as diferenças em sala representam uma vantagem. Mesmo que signifique maior complexidade para a atuação do professor, não podemos estabelecer o fracasso, mas sim, perceber os limites como um desafio, buscando alternativas. Explorar as diferenças é uma alternativa. Instigar aquele aluno que está mais à frente em termos de conteúdos para que ajude o colega, para que trabalhe em equipe poderá ser, também, um ato educativo.

(G1:Fora de contexto.) É preciso, entretanto, realizar diagnósticos sobre as condições de aprendizagem do aluno, perguntando: O que o aluno necessita e como chegar a isso? Então, os

conteúdos podem ser divididos em níveis de profundidade. Isso evitará que diante das dificuldades o aluno já assuma o fracasso e desista da instituição.

Essa postura exige, porém, que sejam esclarecidos os referenciais teórico-metodológicos que sustentarão o processo pedagógico.

(G1: aproveitar ideias e conceituar pesquisa, articulando com ensino e extensão.) Retomando, então, a ideia de indissociabilidade, é necessário compreender que o ensino não se resume em compartilhar saberes já produzidos. Se o professor e o aluno forem sujeitos ativos no processo ensino-aprendizagem, o espaço acadêmico será, também, um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. O fundamental é entender que se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício da investigação e da pesquisa será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, no sentido de dar maior consistência às relações que se estabelecem entre instituição e o contexto.

Realizar pesquisa significa, então, articular os saberes existentes com as necessidades dos indivíduos e da sociedade, uma vez que ciência e tecnologia são produções humanas marcadas por escolhas políticas e culturais.

Sendo assim,

(G2

- *incluir uma seção sobre a pós-graduação no IFSC, como alavancar, como fortalecer, quais as políticas de pós.*
- *incluir a política de fortalecimento de GP*
- *incluir a política de busca de fomento externo e que os editais cumprem o papel de fomentador, mas que a Instituição deve buscar apoio externo.*
- *clarear que é possível e desejável fazer pesquisa com a comunidade externa por meio de fundações de apoio.*
- *pensar numa política permanente de pesquisa, mais continuada, mais perene, que tenham condições de se fazer pesquisa dentro da carga horária do servidor.)*

quando se trata de pesquisa no Instituto Federal, busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa terá de ir além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação. Ela será, sobretudo, uma resposta às necessidades que emergem na articulação entre currículos e anseios da comunidade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado será necessário criar condições objetivas tanto em termos materiais e físicos quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades docentes *(G1 retirar)* não serão restritas à sala de aula. *(G1 retirar)* O técnico-administrativo não ficará preso a atribuições específicas da sua função. Todos os profissionais

da instituição poderão constituir-se pesquisadores e poderão atuar em atividades de extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IF-SC. *(G1 desde que não infraja as atribuições de suas funções).*

As possibilidades de alavancagem *(G1 substituir palavra)* da pesquisa e da extensão passam pela capacidade de articulação do Instituto com outras instituições de ensino, outras organizações, com as empresas, para que, em parceria, somem-se esforços e sejam exploradas *(G1 e valorizadas as potencialidades.)* nossas potencialidades.

(G1: não contribui com o desenvolvimento do texto. Retirar.) As transformações tecnológicas, sócio-econômicas e culturais mudam as perspectivas de formação e de atuação profissional, para que as questões sociais e a educação não se reduzam simplesmente à situação de adaptação e reprodução dos valores estabelecidos, pois a Instituição Educacional é lugar de movimento e de busca de solução a essas questões.

Ou seja, a Instituição ao levar em conta a realidade, precisa fazer uma leitura que favoreça a transformação para outra realidade que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Necessidades que servem como referência para compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades, que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

A âncora conceitual, portanto, é a mediação. Entende-se tanto a educação quanto a tecnologia como processos mediacionais. Uma e outra são atividades que contribuem para a produção de conhecimento, sendo assim, a tecnologia ganha sentido na medida em que se põe como relação entre o social e o natural. A educação, também é uma atividade mediadora que contribui com a socialização do ser humano, na medida em que se ocupa com o saber objetivo resultante desse processo de socialização, na perspectiva de transformá-lo em saber para-si.

(G1: Rever o texto, ideias e lugar no PPI. O local do CTS é esse? Precisa discutir CTS para mostrar a indissociabilidade?) Na educação profissional pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo, na perspectiva que supere a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade *(G1: precisa conceituar e referenciar CTS.)* O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Isso requer uma ação pedagógica orgânica que implica uma compreensão da relação entre o lógico e o histórico na produção dos conhecimentos.

A relação que o professor estabelece com o conhecimento e de como se dá a tradução desse conhecimento no trabalho educativo, não se reduz a dados objetivos pré-elaborados, pelo contrário, faz com que ação docente seja entendida como mediadora entre os significados do saber e a história da ciência e da tecnologia, o que é possível na medida em que se aplica a pesquisa como princípio educativo.

Busca-se a educação para além da instrumentalização, ao tratar a ciência como uma "linguagem para facilitar esta leitura do mundo"¹ e a tecnologia, por sua vez, mais que resultado de uma produção material, representa uma visão de mundo, pois está impregnada de valores e de intencionalidade.

Roberto Nicolsky diz que enquanto a ciência busca respostas, a tecnologia faz perguntas, pois o desenvolvimento tecnológico deve ser capaz de abrir um leque de indagações que instiguem o conhecimento científico. Tal como alerta Morin², "o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que ela está inscrita".

Um dos desafios, nesse caso, é o rompimento com a prática da separação, pois há uma tendência em separar a tecnologia do contexto, dividir conjuntos de conhecimentos em componentes curriculares que por vezes são desenvolvidos isoladamente. Outro desafio é superar a "compartimentação dos saberes" para desenvolver a habilidade de contextualizar e integrar. Isso exige que a organização do conhecimento "comporte operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão)" e isso se dá num "processo circular" que passa da ligação à separação e desta à ligação, do mesmo modo que vai da análise à síntese e desta à análise³.

(G1:rever o texto e evitar a redundância.) O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio da ação investigativa e da intervenção na realidade.

Nessa instituição socialmente referenciada, busca-se responder organicamente às demandas sociais articulando o desenvolvimento científico, com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal, revela-

se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, local, regional e nacional.

Na relação ensino, pesquisa e extensão, amplia-se o conceito de aula, para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. O lugar da pesquisa ultrapassa o caráter acadêmico atrelado ao ensino e, principalmente à pós-graduação. A pesquisa é princípio educativo em cursos de todos os níveis e modalidades e deve se constituir em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

(G1: qual a concepção de currículo? referenciar. Incluir sub-item sobre currículo e outro sobre avaliação.) O currículo é o *locus* onde se materializa a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as peculiaridades dos eixos tecnológicos, do contexto sócio-econômico-cultural e a diversidade dos sujeitos. Assim, os projetos pedagógicos dos cursos são concebidos como instrumentos de ações coletivas a partir das quais serão construídos os elos entre o que se sabe e o que se pode fazer com o que se sabe. *(G1: remeter ao sub-item currículo ou retirar.)* O currículo será, então, um espaço de produção e exercício da liberdade. Os conteúdos curriculares tornam-se ferramentas para novas buscas, novas descobertas e questionamentos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está diretamente relacionada à arquitetura curricular e à flexibilização dos percursos formativos.

2.2.1.1. Diretrizes para ensino, pesquisa e extensão

(G1: sugere-se reestruturar o item para o formato 2.X (entende-se que as diretrizes devem estar destacadas dos princípios filosóficos). questionar o que vem primeiro: políticas ou diretrizes (discutir conceito do que é política do que é princípio)

(G1: Definida a concepção de educação e EPT; de EPE e sua indissociabilidade, estabelecem-se as diretrizes.)

(G2 quebrar em 3 partes bem definidas para cada um. Elencar as gerais e depois as específicas para cada parte do EPE.)

1. Pautar as práticas de ensino, pesquisa e extensão no humanismo e em uma visão de tecnologia como construção social. *(G1: suprimir esta parte desde que esta idéia esteja clara na concepção ou readequar considerando a concepção progressista.) (G2 muito restrito a área social. Achamos que deve permitir o foco em desenvolvimento da sociedade.)*

2. Construir coletivamente os referenciais teórico-metodológicos para que o trabalho pedagógico supere a prática espontaneísta.
3. Envolver professores e alunos (*G1:a comunidade acadêmica*) na busca de melhorias no processo ensino-aprendizagem, (*G1:substituir a partir de mediante por: desde o planejamento até a avaliação coletiva, realimentando o processo.*) mediante a prática do planejamento e da avaliação coletiva.
4. Realizar (*G1:repetida com a anterior*) o acompanhamento dos processos pedagógicos, de modo a instigar os profissionais à inovação pedagógica, de maneira que cada um veja-se co-responsável por construir a qualidade para todos.
5. Garantir condições de infra-estrutura adequadas à realização do trabalho pedagógico. (*G2 incluir infra-estrutura da pesquisa*)
6. Atrair as atividades de pesquisa e extensão (*G2 incluir que deve ser além das necessidades da comunidade, e incluir novos horizontes, outras demandas, etc...*) às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais a instituição tenha potencial de atuação, seja tecnológico, cultural, político e educacional, no sentido mais amplo possível.
7. Envolver os alunos nas atividades de pesquisa e de extensão na perspectiva de ampliar o espaço educativo.
8. (*G1:diretriz de gestão*) (*G2 melhorar a redação, incluir órgãos representativos ou representatividade*) Envolver a comunidade acadêmica nas decisões acerca das frentes de atuação do Instituto, fundamentando as escolhas em dados consistentes baseados em pesquisas sistemáticas.
9. Incentivar ações voltadas à formação de educadores.
(*G1 Quem são?*)
(*G2 trocar por: promover a capacitação dos servidores para a promoção da pesquisa e da extensão*).
(*G2 quer dizer licenciatura? ou é mais amplo?*)
10. Promover a formação continuada dos profissionais da instituição, para que sejam instigados a realizar atividades de pesquisa e de extensão. (*G1 inserir : articulada ao ensino*)
11. O currículo deve expressar a pluralidade cultural existente na sociedade. (*G1 Juntar as frases em uma única e rever os verbos para todas.*)
12. As atividades curriculares devem proporcionar a análise interpretativa e crítica das práticas sociais.
13. O estudo e a reflexão sobre currículo devem constituir uma prática inerente à dinâmica acadêmica.
14. Permeiar as práticas de ensino e pesquisa como vetor de realimentação das necessidades da sociedade;

(G1 incluir: extensão)

(G2 ensino, pesquisa e extensão como vetores...)

15. Fortalecer a interação entre a sociedade e a instituição;
16. Disponibilizar formas de inserção dos alunos no meio social promovendo o empreendedorismo e a empregabilidade;
17. Promover ações que ampliem o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social, contribuindo para minimizar as diferenças sociais;
18. Buscar a integração com organismos e instituições públicas e privadas *(G2 ponto.)* com vistas à conjugação de esforços almejando a transformação do meio e da sociedade pautadas nos valores éticos e morais do país *(G1:Está estranho. Quais são?)*
19. Seguir referenciais teóricos e metodológicos de seus pares na Rede Federal de Ensino objetivando tornar-se referência em extensão como prática institucional. *(G1:suprimir)*

Diretrizes para a pesquisa:

(G2

- *estabelecer laços com empresas e órgãos de fomento*
- *facilitar o processo institucional para permitir pesquisa com empresas*
- *permitir/incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino*
- *fomentar/fortalecer os grupos de pesquisa*
- *fomentar/fortalecer a pós-graduação*
- *fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo, através de editais, empresas junior, hotel de projetos, etc...*
- *fortalecimento do NIT*
- *Avaliação da pesquisa após o término*
- *Permitir/facilitar a extensão da pesquisa realizada para a sociedade interna e externa*
- *Facilitar/incentivar a disseminação do conhecimento produzido pelo IFSC (publicações, livros)*
- *Permitir o acesso a publicações internacionais (IEEE, por exemplo).*
- *ampliação no numero de bolsas para alunos participarem de pesquisa*
- *taxa de bancada para servidores*
- *incentivo à montagem de laboratórios e integrar para trabalhar em rede.)*

2.2.1.2. Referências para a Construção dos Projetos Pedagógicos

(G1:Existe orientação para a elaboração de um PPC. Essas dimensões atendem ao sub-título? Atende ao PNE?)

Dimensões a serem observadas na construção dos projetos pedagógicos, institucional ou de cursos:

(G1 suprimir)

- *(G1:inserir ético político social. Esta dimensão deve orientar o diagnóstico de demanda sócio economica,embasada em ferramentas de gestão,para a oferta de curso).*

- Dimensão ético-política: a ação educacional, alicerçada no domínio das bases científicas e no método de construção de conhecimento, dirigida à investigação, com orientação política e ética, é fundamental para o desenvolvimento das capacidades de: comparar, valorar, escolher, decidir, romper, para compreender e intervir na realidade. Ação essa alicerçada em valores como justiça social, solidariedade, respeito às diferenças, transparência, coletividade e gestão democrática.

- Dimensão didático-pedagógica: a relação entre o ato de ensinar e aprender pressupõe compreender os integrantes da comunidade acadêmica como sujeitos do processo. Nessa dimensão devem-se considerar as diferenças e subjetividades na ação de investigar e produzir conhecimentos, com domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos de linguagens, contemplando uma formação conceitual sólida e ampla para o desenvolvimento do sujeito. O trabalho educativo, numa perspectiva humanizadora, leva à conscientização de sua responsabilidade de intervir na realidade natural ou social. O desenvolvimento integral da pessoa, com autonomia, caracteriza-se em saber o que fazer, para que fazer e como fazer, suplantando a ruptura entre trabalho manual e trabalho intelectual, apropriando-se, dessa forma, da ciência e da tecnologia para fazer diferente.

- Dimensão estrutural: a ampliação do atendimento com a expansão e a verticalização dos percursos formativos requer o redimensionamento das condições objetivas para realizar o trabalho educativo. São necessários modelos de gestão e cultura administrativa que suplante a fragmentação, com reorganização do tempo e do espaço do trabalho docente a favor da integração e de projetos coletivos; a formação continuada dos educadores e o redimensionamento das atividades discentes. *(G1: Definir a concepção, conforme indicamos anteriormente.)* Uma concepção de educação inclusiva e solidária requer planejar espaços, tempos e metodologias que considerem os conhecimentos, as potencialidades, as limitações e os ritmos de aprendizagem dos diferentes sujeitos, como condições para construir uma nova cultura escolar, fundada nos valores da democracia, da justiça, da solidariedade e do respeito à diferença, como integrantes da aprendizagem profissional e pessoal.

Abordagens na perspectiva da flexibilização curricular:

(G1: transferir para a dimensão didático pedagógica, como sugestões de integração entre as unidades curriculares. inserir a CTS como princípio e não como flexibilização curricular; verificar a pertinência quando da conceituação de EPT.)

Projetos integradores (PI): caracteriza-se como exercício de pesquisa tanto para o professor quanto para o aluno, o PI é um espaço de interação efetiva entre alunos e entre estes e o professor, o espaço vivo do currículo que permite não só a experiência direta, mas, sobretudo, o exercício necessário para

interpretar, questionar e (re)elaborar os conceitos, relacionando-os ao contexto real em sua complexidade.

Abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): propõe a organização do trabalho educativo com vistas à compreensão e intervenção do sujeito acerca do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e suas relações com o contexto social; das repercussões das novas tecnologias na sociedade e no meio ambiente natural; do comportamento dos seres humanos em relação à automatização; da organização social frente ao desenvolvimento científico-tecnológico; da comunicação e da informação sobre a ciência e a tecnologia e suas repercussões na sociedade.

Temas geradores: as atividades pedagógicas são organizadas a partir de temas para promover o contato do aluno com situações reais. O princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão serve de bússola para a projeção da instituição, seja no âmbito do Projeto Pedagógico Institucional ou no Projeto Pedagógico de Curso. As atividades constitutivas do Projeto Pedagógico do Curso devem contemplar esse princípio e materializar-se no trabalho coletivo de formação, nas interações entre aluno e professor, aluno e aluno e destes com os objetos de conhecimento. As tarefas não são individualizadas, tampouco podem ser concebidas de modo fragmentado, fechadas em si mesmas e dotadas de status diferenciado.

2.2.2. Gestão

Ainda na condição de CEFET-SC, em 2006, essa instituição vivenciou uma experiência pioneira na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica instalando a Direção Geral fora do espaço físico da Unidade sede, hoje Campus Florianópolis. Essa mudança fez com que as Unidades ganhassem mais autonomia e fortalecimento de sua identidade. Com a transformação em Instituto Federal - IF-SC, esse modelo de gestão descentralizada consolida-se, com a constituição da reitoria e dos *Campi* com autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

(G4

Necessidade de revisar e detalhar o modelo de gestão descentralizada, considerando o cenário atual (diversidade dos câmpus) - atuação em rede.

Discutir os níveis de centralização e descentralização, considerando a configuração atual dos IFederais.

Avaliar a realização das atividades fins nos câmpus e as diretrizes na Reitoria.)

Considerando que o IF-SC prima por sua função social, faz-se necessário que sua gestão pedagógica, administrativa e financeira seja democrática e transparente, para que na pluralidade de visões constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão

devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se co-responsáveis pela execução e acompanhamento das ações.

(G4 a comunidade acadêmica seja corresponsável pela concepção, execução e acompanhamento.)

Configurando-se como uma estrutura *multicampi*, o IF-SC precisa estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos *Campi* e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os *Campi* atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada *Campus* puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer políticas claras em termos financeiro, pessoal e pedagógico.

Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se em seu trabalho e assumindo-se co-responsáveis no desenvolvimento dos processos. Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos, todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações.

Gerir, hoje, envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor, no sentido de

mobilizar de forma constante a comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

A transformação do CEFET-SC em Instituto Federal abre espaço para repensar a gestão institucional, já que, toda vez que ocorre uma mudança radical de cenário, torna-se crucial repensar as práticas, os processos e a forma de resolver os problemas pelos quais as pessoas agem. Nessa perspectiva, a administração de uma Instituição de nível superior é por excelência o mundo da reflexão e o mundo da ação. *(G4 supressão do parágrafo, em razão do contexto histórico.)*

Essa concepção de gestão envolve diferentes entradas em uma realidade complexa:

1. Interdisciplinaridade – os processos envolvem equipes de diferentes áreas, perfis profissionais e linguagens;
2. Complexidade – as situações agregam cada vez mais um número maior de variáveis;
3. Exigüidade – o processo decisório está premido em janelas curtas de tempo, e os prazos de ação/reação são cada vez mais exíguos;
4. Multiculturalidade – o gestor está exposto a situações de trabalho com elementos diferenciados do ponto de vista da cultura organizacional;
5. Inovação – tanto as forma de gestão quanto as tecnologias da informação e da comunicação, oferecem constantemente novas oportunidades e ameaças;
6. Competitividade – o cenário externo à Instituição é competitivo e diferenciado, exigindo do gestor uma postura pró-ativa frente às mudanças, como também a consideração deste aspecto no processo de tomada de decisão.

(G4 propõe-se a revisão do texto, buscando o alinhamento ao contexto institucional e ao modelo de gestão pretendido; relação ao item 2.2.1 e à necessidade de formação continuada dos servidores, com vistas à preparação prévia de gestores e potenciais gestores.)

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos definidos em certo momento. Trata-se de fazer bem o “necessário”, de ser, em um sentido mais geral, “eficiente” no cumprimento de sua tarefa e também propiciar à organização

que evolua na direção correta. *(G4 revisão ou supressão da última frase, considerando a eficácia, eficiência e efetividade e o foco na missão.)*

Libâneo (2001)⁴, ao analisar a instituição escolar, aponta duas categorias de concepções de gestão que devem ser consideradas: concepção da administração técnico-científica e concepção de gestão simbólico-interpretativa. Na primeira concepção, a organização escolar é vista como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente. Assim, pode ser planejada, controlada e avaliada de forma a alcançar os melhores índices de eficiência e eficácia. Já na concepção de gestão simbólico-interpretativa, a organização social é compreendida como o resultado da interação e do entendimento construído entre as pessoas, pela vivência compartilhada de momentos e de experiências comuns. As organizações escolares, nessa concepção, são percebidas como sistemas que agregam pessoas. Esse autor ressalta que ao se adotar outro modelo de gestão, é necessário entender as organizações escolares como sendo complexas, ambíguas e paradoxais.

É fundamental que a gestão da instituição deva ser essencialmente voltada para o atendimento de seu público-alvo, *(G4 substituir o termo “público-alvo” por “públicos estratégicos” - alinhamento à Política de Comunicação)*. proporcionando-lhe educação formal de qualidade, bem como à comunidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. *(G4 reforçar a necessidade de atendimento às necessidades da comunidade (PNE - meta 12.11).*

Considerando a constituição do IF-SC, vários desafios se apresentam demandados por esse novo cenário organizacional. De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação, “talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis.” *(G4:supressão do parágrafo, pelo contexto histórico, já referido.)*

(G4: adequar o que segue ao contexto atual e suprimir as interrogações, buscando proposições a partir delas.) Dado o exposto, alguns questionamentos e desafios surgem e deverão necessariamente ser incorporados nesse processo de mudança organizacional:

1. Que modelo de gestão será mais efetivo, de modo que favoreça a sinergia entre todas as estruturas organizacionais que comporão o IF-SC?
2. Que identidade terão as diferentes Unidades Organizacionais do IF-SC?
3. Como possibilitar o respeito à diversidade, variabilidade e especificidades das Unidades Organizacionais que compõem o IF-SC, bem como favorecer a participação com equidade de todos os atores organizacionais?

Por outro lado, há que se considerar que o IF-SC, integrante da administração federal há cem anos, (*G4 suprimir “administração federal há 100 anos” e acrescentar “rede federal de educação profissional e tecnológica”*) foi concebido dentro de um modelo burocrático de gestão e tem mantido algumas de suas práticas ao longo da sua história como instituição pública. No cotidiano institucional, percebe-se que parte das pessoas se apropria de características calcadas nesse modelo, diminuindo as possibilidades de reflexão e busca de formas diferenciadas e inovadoras de gestão. Sobre esta questão, Morgan(1996)⁵ afirma:

“O enfoque mecanicista da organização tende a limitar, em lugar de ativar o desenvolvimento das capacidades humanas, modelando os seres humanos para servirem aos requisitos da organização mecanicista em lugar de construir a organização em torno dos seus pontos fortes e potenciais. Ambos, empregadores e organizações, perdem a partir desse estado de coisas. Os empregados perdem a oportunidade de crescimento pessoal, despendendo freqüentemente muitas horas por dia em um trabalho que nem valorizam nem apreciam, enquanto as organizações perdem contribuições criativas e inteligentes que a maioria dos empregados é capaz de fazer, dadas as corretas oportunidades.”

Cabe ressaltar, porém, que apesar dos resquícios oriundos do modelo burocrático, (*G4: revisão do conceito e das afirmações referentes ao modelo burocrático*) a Instituição vem adotando formas mais flexíveis de organização do trabalho, com a estruturação de fóruns para discussão e decisão colegiadas, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da concepção complexa de Instituição educacional, referida anteriormente, requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar essa complexidade, envolvendo os diferentes atores organizacionais e recursos necessários.

Nessa perspectiva de renovação, destaca-se, também, o cenário político atual que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IF-SC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais terão com uma de suas finalidades a formação de educadores.

Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional e, até, internacional, *passa* a ser fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão *escolar* focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição. *(G4: revisão, pelo contexto atual do IFSC; em lugar de “passa a ser fundamental”, sugere-se “é fundamental”; supressão do termo “escolar”).*

Pela transformação em Instituto Federal abrem-se inúmeras possibilidades:

(G4: revisão do texto (contexto atual). Analisar item por item, o documento como um todo, de acordo com a pertinência das demandas atuais e futuras. Atenção à “expansão geográfica” [utilizar-se de outros mecanismos (ex. tecnológicos - EAD, mídias tecnológicas) [definição de critérios para a expansão dos câmpus e de oferta de cursos)

1. Ampliação de verbas orçamentárias, bem como de verbas extra-orçamentárias, aumentando as possibilidades de melhoria da infra-estrutura dos ambientes de ensino e administrativos e investimentos em capacitação do corpo docente e técnico-administrativo;
2. Incremento de parcerias com outras instituições públicas e privadas, considerando o conceito de responsabilidade social como resposta aos grandes problemas causados pela má distribuição de renda do país, visando à inclusão social;
3. Atualização do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos;
4. Atualização dos planos de carreira para os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, ampliando a possibilidade de ascensão funcional e melhoria salarial;
5. Expansão da área geográfica de atuação do Instituto, mediante a criação de novos *Campi*;
6. Ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis de ensino;
7. Inserção no contexto científico/tecnológico nacional e com vistas à implantação e à consolidação do processo de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

Esse contexto de mudanças marca definitivamente o novo perfil do IF-SC como sistema escolar, com uma configuração diferenciada no campo pedagógico e administrativo. *(G4: supressão deste parágrafo)*

Na prática, o IF-SC deve responder aos seguintes desafios:

1. Definição de políticas de atuação e de gestão sistêmicas, de modo a constituir um modelo de gestão que possibilite o aperfeiçoamento dos processos desenvolvidos no Instituto;
2. Implementação de sistemáticas de acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades, de modo a facilitar a comunicação, a coordenação e o controle, considerando a dispersão espacial do Instituto apresentada pelos *Campi*, operando em localidades múltiplas;
3. Fortalecimento da indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão, tendo como foco o atendimento das demandas sociais;
4. Estabelecimento de políticas e programas visando à inserção dos servidores, em uma nova perspectiva de gestão;
5. Adoção em definitivo de práticas que tenham como foco principal a inclusão social, repercutindo necessariamente na ampliação de vagas e de oportunidades diferenciadas de acesso e êxito;
6. Adaptação contínua da infra-estrutura, considerando novos métodos de gestão, novas ferramentas de apoio e novos sistemas de informação;
7. Gestão dos recursos materiais, financeiros, de informação, de comunicação e tecnológicos com vistas ao atendimento dos objetivos institucionais e a aprendizagem e inovação permanentes;
8. Revisão do papel dos gestores, de modo a possibilitar a preparação prévia e adequada, e minimizar a lacuna existente entre a formação acadêmica e os desafios demandados pela prática de gestão, envolvendo alguns elementos: estratégia e transformação organizacional, arquitetura organizacional, aprendizado organizacional, processo de decisão, gestão de projetos, controle orçamentário, cultura organizacional, *stresse* e qualidade de vida, entre outros.

(G4: dar continuidade ao processo de definição das concepções e diretrizes de gestão. Atenção à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e à preparação dos gestores)

Outro aspecto a ser considerado é a interação do IF-SC com o sistema produtivo *(G4 : sugere-se utilizar “setor produtivo” e repensar a utilização de “arranjos produtivos locais”)* do Estado de Santa Catarina *(G4:supressão da expressão “Estado de Santa Catarina” - considerando a amplitude da oferta.)* , como forma de promover a inserção de seus egressos no mundo de trabalho e o estabelecimento de parcerias para pesquisa e desenvolvimento, favorecendo a inclusão dos grupos em desvantagem social.

É importante considerar, também, a existência, na estrutura organizacional da Instituição, de órgãos colegiados para discussão e deliberação *(G4: atenção ao termo “deliberativo” - atualmente apenas o CONSUP tem competência deliberativa, os demais por delegação.)* sobre temas relacionados à vida escolar, concebidos sob a ótica dos princípios *adhocráticos* *(G4: substituir “adhocráticos” por “democráticos”)* e funcionando sob a vertente da metodologia participativa. Cabe ressaltar que esses órgãos devem configurar-se como elementos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados. *(G4: inserir metodologia representativa e participativa. Afirmar a necessidade de consolidar os órgãos colegiados. Revisão do texto, demonstrando o caráter dos colegiados e reforçando quais são os órgãos, o papel e a importância dos processos democráticos para a instituição.)*

Percebe-se que, ao longo de sua trajetória, a Instituição vem ampliando as possibilidades de investigação. A construção do Projeto Político Institucional reforça essa prática, possibilitando que a comunidade escolar expresse sua opinião sobre os processos desenvolvidos, permitindo sua compreensão e proposição de melhorias. Assim, o momento por que passa a Instituição tende a ser marcante, possibilitando uma atuação mais próxima dos arranjos produtivos locais e regionais. *(G4: adequação dos tempos verbais (atemporal). Sugere-se a substituição da frase destacada por: “atuação com vistas a incentivar os arranjos produtivos locais e regionais”. Atenção à necessidade de atuação no desenvolvimento local e regional.)*

Assim: *(G4: consolidar a compreensão do conceito e dos fundamentos das pesquisas de base e aplicada no IFSC - necessidade de alinhar o objeto das pesquisas aos eixos tecnológicos dos Câmpus (art. 7º da lei de criação dos Institutos Federais e Acórdão TCU 506.2013) “O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, revela sua decisão de romper com o formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.”*⁶

Tecendo um paralelo com as práticas de gestão, tradicionalmente marcadas também por uma visão fragmentária dos processos desenvolvidos na Instituição, há que se considerar a necessidade de um modelo de gestão que busque:

(G4: Objetivos do modelo de gestão)

1. Superação das atuais práticas burocráticas de gestão, de modo que estruturas verticalizadas e centralizadas cedam espaço a estruturas mais horizontais e descentralizadas, favorecedoras de maior autonomia, participação e envolvimento dos servidores. *(G4: supressão)*

2. Transformação do trabalho realizado de forma fragmentária, no qual as pessoas desenvolvem tarefas, em um sistema que possibilite o desenvolvimento de processos. *(G4: sugere-se “desenvolvimento de um ambiente de trabalho que promova a integração, a solidariedade e o compartilhamento de boas práticas na comunidade acadêmica”.)*
3. Consolidação de uma cultura que favoreça a aprendizagem individual e organizacional e a inovação.
4. Estímulo à interação social e à participação das pessoas nos processos organizacionais, de modo a possibilitar o alcance de seus objetivos materiais ou psicológicos. *(G4: sugere-se a necessidade de observar o alinhamento das expectativas pessoais e profissionais dos servidores aos objetivos institucionais.)*
5. Clareza quanto à definição de sua missão, políticas, objetivos, estratégias e metas.
6. Adoção de tecnologias e práticas que promovam a criatividade, a eficácia e o desempenho das pessoas;
7. Foco na gestão que considere princípios sociais e fundamentos éticos, incorporando práticas de respeito ao meio ambiente, higiene, segurança e qualidade de vida.
8. Revisão dos papéis dos gestores da Instituição, bem como dos servidores, frente a um novo modelo de gestão, de modo a contemplar o desenvolvimento das competências necessárias. *(G4: remeter último tópico ao processo de formação continuada dos gestores)*

Nessa perspectiva, destaca-se a validade da abordagem da gestão por processos. Identificar o processo como sendo a maneira típica de realizar o trabalho é importante para definir a forma básica de organização das pessoas e dos demais recursos da organização (Dreyfuss, 1996)⁷ A importância dos processos de trabalho aumenta à medida que as organizações ficam com conteúdo cada vez mais intelectual, afastando-se do modelo fabril, onde as organizações eram voltadas para dentro, para suas próprias atividades, com estruturas hierárquicas pesadas e rígidas (Gonçalves e Dreyfuss, 1995; Quinn, 1992)⁸. As estruturas organizacionais convencionais apresentam algumas características indesejáveis que comprometem o desempenho das empresas: elas priorizam as funções (áreas verticais) em detrimento dos processos essenciais e exageram na divisão de tarefas, pois adotam o critério da otimização do funcionamento das áreas funcionais, o que leva à hiper especialização. Nessa situação, as organizações têm estruturas hierárquicas rígidas e pesadas, repletas de “caixinhas” que executam pedaços fragmentados de processos de trabalho.

A organização orientada por processos pressupõe que as pessoas trabalhem de forma diferente. Em lugar do trabalho individual voltado a tarefas, a organização por processos valoriza o trabalho em equipe, a cooperação, a responsabilidade individual e a vontade de fazer um trabalho melhor. Ela projeta e mensura cuidadosamente seus processos e faz com que todos os funcionários entendam e

se responsabilizem por eles, possibilitando o desenvolvimento de “propriedade do processo”. As pessoas cumprem tarefas, mas têm uma visão mais ampla e pensam a respeito dos processos (Hammer, 1998)⁹.

Dado o exposto, destaca-se que a modernização da gestão implica repensar a organização e o funcionamento da administração pública. Nesse contexto, a proposição de políticas, a partir de eixos estruturadores, se faz-se necessária.

(G4: Questionamento: que princípios devem ser buscados num modelo que traria melhorias ao processo? (trabalho em equipe\colaborativo, responsabilidade, integração). Necessidade de entender o processo, para revisá-lo e adequá-lo, otimizando a metodologia de trabalho, considerando a possibilidade de utilizar outros modelos (ex. gestão por projetos), quando necessário.*

** sugere-se adequar o texto, suprimindo as considerações antagônicas e tornando-o mais propositivo.*

** sugere-se pesquisar um modelo adequado às demandas da gestão pública e de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão.*

** necessidade de um aprofundamento e detalhamento dos fundamentos dos modelos de gestão por projetos e por processos)*

2.2.2.1. Diretrizes para Gestão

1. Garantir processos de gestão pedagógica, administrativa e financeira democrática, cooperativa *(G4:substituir “cooperativa” por “colaborativa”)*, transparente e participativa para toda a organização do Instituto.
2. *(G4: Sugestão incluir a diretriz: “Tratar o ensino como atividade central em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão do câmpus”.)*
3. Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão sistêmica do Instituto.
4. Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa. *(G4:sugere-se a criação de indicadores de desempenho do processo avaliativo.)*
5. Realizar avaliação, revisão e adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão.
6. Promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, bem como a Adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais.
7. Criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto.
8. Garantir processos de comunicação efetiva no interior do IF-SC e deste com a comunidade. *(G4: “em consonância com a Política de Comunicação”.)*

9. Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e questões educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos.
10. Estabelecer o perfil desejável aos gestores, de modo a garantir competência técnica e política.
(G4: atenção à necessidade de criação de um perfil: Sugere-se: a) uma capacitação prévia em gestão pública para os gestores sujeitos ao processo de eleição. b) desenvolver uma política de formação continuada dos gestores.)
11. *(G4: Sugere-se incluir a seguinte diretriz: “Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão”.)*
12. Respeitar leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas.
13. Garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da instituição (docente, discente e técnico-administrativo), bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores.
14. Reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição.
15. Promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que integram a comunidade acadêmica do IF-SC.
16. Respeitar a pluralidade de idéias.
17. Promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos.
18. Envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IF-SC.
19. Estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas do Instituto.
20. *(G4: Sugere-se incluir a seguinte diretriz: “Promoção de ações inclusivas que visem o acesso, permanência e êxito dos estudantes”.)*

2.2.3. Avaliação (G4: Institucional)

É indispensável que, sistematicamente, seja promovida a avaliação dos processos tanto no âmbito institucional quanto educacional.

Na avaliação institucional *(G4: alterar “avaliação institucional” para “avaliação administrativa”)*, buscar-se-ão obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição. Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a

todos os envolvidos nos processos do Instituto. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão administrativa e financeira, visando à garantia da democracia e da transparência.

A avaliação educacional, por sua vez, está relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição. Compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagar se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão, à gestão que se deseja. Por isso, todos serão envolvidos, mediante estratégias adequadas a cada situação e a cada momento.

A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os momentos, de modo que seja um processo contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e redimensioná-los, para promover as mudanças necessárias ao alcance das metas e dos propósitos do IF-SC.

(G4:

Realizar uma avaliação institucional considerando o sistema integrado de avaliação superior (SINAES). Atenção à necessidade de divulgar as ferramentas, os resultados e os encaminhamentos da avaliação institucional.

Revisão do texto (simplificar o teor): a avaliação deve ser sistemática para melhoria dos processos. Sugere-se institucionalizar e consolidar o papel e a importância da CPA, fazendo uso dos resultados nos processos diretivos (alinhar a avaliação institucional às ferramentas de gestão).

Sugere-se garantir a criação de mecanismos internos de avaliação e a publicidade dos resultados, de modo a envolver a comunidade acadêmica no aprimoramento dos processos. Sugere-se a avaliação periódica dos planos e planejamentos da instituição (PDI, Planejamento Anual).)

2.2.3.1 Diretrizes para a avaliação

1. Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas junto à comunidade, realizando prestação de contas, replanejamento e realimentação, ações necessárias para redimensionar os trabalhos.
2. Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação, as condições necessárias para atender às expectativas da comunidade.

3. Promover, periodicamente, avaliação, contemplando diferentes formas e instrumentos avaliativos. (G4: “pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão”.)
4. (G4: sugere-se uma quarta diretriz: “a criação de mecanismos de avaliação das atividades administrativas”)

2.3. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

(G2 Qual a diferença entre Políticas e Diretrizes? Não deveriam ser uma coisa só?)

Políticas adotadas pela Instituição:

1. Gestão que promova a indissociabilidade entre ensino, (G2 além da indissociabilidade, respeitando as peculiares de cada um, promover o ensino, a pesquisa e a extensão, dando a importância a cada um deles,) pesquisa e extensão.
2. Formação continuada dos servidores, tendo em vista a construção de um quadro referencial e cultural baseado na pesquisa como princípio educativo. (G2priorizar o papel finalístico da instituição, de tal maneira que a gestão seja um facilitador no processo. Todos os servidores devem trabalhar visando apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão, sem priorizar um em detrimento do outro.Ver como a parte de compras pode ser agilizado para não prejudicar as atividades de educação (liberar o docente ou minimizar as atividades). (G2colocar isso como um item separado, pois vale para alunos e servidores.)
3. Consolidação do princípio pedagógico de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nos processos de construção e desenvolvimento curricular nos projetos pedagógicos dos cursos.
4. Verticalização (G2 lembrar da pós-graduação como um alvo na verticalização do ensino, citando os vários níveis neste texto) da oferta educativa, otimizando a infra-estrutura, os quadros de pessoal e os recursos de gestão, atendendo às demandas sociais e educacionais, para consolidar os itinerários formativos dos eixos tecnológicos, articulando preparação para o trabalho com a elevação da escolaridade.
5. Ampliação da oferta de vagas em todos os níveis e modalidades de educação, atendendo aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008, de, no mínimo, cinquenta por cento de oferta em cursos técnicos de nível médio – integrado, subsequente ou concomitante e PROEJA, sendo que este último deve atingir, no mínimo, dez por cento da oferta conforme estabelecido no Decreto nº 5840/07; vinte por cento em formação de educadores – Licenciatura na Área de Ciências da Natureza e Matemática, Licenciatura EPT e programas especiais de formação

- pedagógica; e o restante em cursos superiores de tecnologia e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.
6. Criação de dispositivos institucionais de regulação, acompanhamento e avaliação, em conformidade com a legislação, que operem a favor da unicidade do trabalho educativo e que permitam apurar a pertinência e a relevância dos projetos institucionais para o cumprimento da sua função social.
 7. Desenvolvimento de soluções científicas e tecnológicas (G2 trocar por: pesquisas que priorizem) para atender às demandas sociais e peculiaridades locais e regionais.
 8. Desenvolvimento da ciência e da tecnologia, orientada pelo compromisso ético com o desenvolvimento sustentável e a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento na perspectiva de cidadania e da inclusão. (G2 Não seria uma diretriz?)
 9. Difusão sistemática das práticas e produções resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão. (G2 Elencar alguns exemplos, maneiras de realizar, sem restringir)
 10. Promoção da institucionalização da extensão como um conjunto de atividades fim visando o cumprimento da missão do IF-SC. (G1 suprimir já está institucionalizado) (Rever e atualizar para a nova situação da Instituição. Incluir as políticas da Pró-reitoria de pesquisa aqui. Faltou incluir nas políticas e no texto a questão dos intercâmbios internacionais e mobilidade estudantil. Isso não aparece neste texto e deveria ser construído.)
 11. Dimensionamento da extensão como vetor de transformação social.

2.4. Políticas de Gestão

Políticas de gestão adotadas pelo IF-SC, em função dos eixos estruturadores (G4: supressão do termo “eixos estruturadores”):

(G4:

Esclarecer quais são as políticas de gestão, elaborar um texto introdutório e incorporar o conceito de modelo de gestão.

Repensar a estrutura, o posicionamento no texto dos capítulos das diretrizes de gestão e políticas de gestão.

Sugere-se a criação de três novas políticas:

“Gestão da Tecnologia da Informação e da Comunicação”,

“Política de Comunicação” e

“Política de Internacionalização”.

2.4.1 Modelo de gestão *(G4: extrair o tópico e remeter ao texto introdutório)*

1. Consolidação de um modelo de gestão orientado por processos *(G4:supressão da expressão “orientado por processos”)*., que favoreça o aprendizado organizacional e a adoção de visão estratégica, prospectiva e sistêmica, tendo como foco o alcance das finalidades educativas de formação profissional, científica e tecnológica e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. *(G4: atenção à necessidade de dar ênfase à definição das diretrizes e princípios de gestão mais do que se pensar no modelo de gestão. Sugere-se a busca por formas de favorecer a participação da comunidade acadêmica.)*
2. Desenvolvimento e implementação de mecanismos que propiciem e facilitem a coordenação de ações desenvolvidas no IF-SC, possibilitando a articulação de esforços e a utilização adequada de recursos, respeitando-se a identidade do Instituto e as características e especificidades de cada *Campus* .
3. Adoção de princípios de gestão pautados na transparência, na equidade e na autonomia isonômica dos *Campi*, de forma a garantir a participação da comunidade acadêmica nos processos de discussão e de deliberação do IF-SC. *(G4:inclusão dos termos “solidariedade”, “ética” e “colaboração”. Revisão da adequação dos termos “equidade” e “autonomia isonômica”).)*

2.4.2 *(G4: Política de)* Gestão de pessoas

1. Estabelecimento de um cenário organizacional que proporcione aos servidores o seu espaço de realização por meio do trabalho, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a Instituição. *(G4; sugere-se adequar - “Estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional do servidor, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição”.)*
2. Desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição e as finalidades institucionais. *(G4: revisão - detalhar (capacitação continuada, formação dos gestores)*
3. Orientação dos processos de ingresso de servidores baseados nas concepções e finalidades do IF-SC. *(G4: sugere-se que o processo de ingresso considere o dimensionamento alinhado às políticas e critérios institucionais.Sugere-se a utilização no documento do termo “servidores” em lugar de diferenciar as categorias. Sugere-se inclusão de tópico que crie políticas e programas que propiciem boas condições de trabalho.Sugere-se a inclusão de tópico onde*

haja promoção contínua de formação. Sugere-se a inclusão de tópico que considere a preparação para a aposentadoria dos servidores.)

2.4.3 (G4: Política de) Gestão do conhecimento (G4: e da Informação)

1. Promoção da utilização de fundamentos teóricos-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular o mapeamento, o compartilhamento, a disseminação e a incorporação de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão Institucional. *(G4: sugere-se a revisão da expressão para “Gestão do Conhecimento e da Informação” ; sugere-se atenção à transparência e acesso às informações (Lei de Acesso à Informação).*

2.4.4 (G4: Política de) Governança corporativa

1. Concepção de documentos norteadores *(G4:Extração da expressão “concepção de documentos norteadores” e ampliar para “conceitos de governança”)*. de gestão de forma a propiciar as condições necessárias e adequadas para a implementação de mudanças que resultem em maior flexibilidade, inovação e efetividade gerencial.

G4:

Detalhar e aprofundar os resultados alcançados com todas as políticas estabelecidas para a gestão, para que essa análise subsidie o processo de discussão da etapa posterior.

Adequação da política à Lei de Acesso à Informação e às novas diretrizes da administração pública (TCU).

Arelar à política as novas diretrizes orçamentárias da instituição, alinhando ao planejamento participativo e esclarecendo os critérios de distribuição do orçamento.

OBSERVAÇÃO: necessidade de contextualizar os termos referentes às políticas, principalmente (ex. Governança)

2.4.5 (G4: Política de) Responsabilidade social

1. Adoção de princípios éticos de gestão que promovam a educação inclusiva, a igualdade social e o respeito ao meio ambiente.

(G4:

Relacionar ao projeto IFSC Sustentável - tópico 2.4.7.

Revisão da redação e a necessidade de ampliar os fundamentos da “responsabilidade social” - refere-se à inserção e integração do IFSC no município e na região (amplitude do conceito).

Revisão e compreensão do conceito, verificando se há a inclusão da comunidade interna e externa do IFSC.

Atrelar a política às políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Revisão dos tópicos 2.4.5 e 2.4.7, de modo a aglutinar os conceitos “Políticas de Responsabilidade Socioambiental”

(G5: O item 2.4.5 deve ser mantido no âmbito da gestão e também aparecer no documento como tema transversal. Sugere-se que deva ser complementado levando-se em consideração o Acordo de Metas (item 10, forma de acesso) e também a lei de criação dos institutos, especialmente na parte da finalidade e dos objetivos. Entende-se que, ao destacar os valores, deva-se incluir, entre eles, a responsabilidade social e deva-se reavaliar a estrutura do documento e a necessidade desse item aparecer separadamente.)

2.4.6. (G4: Política de) Infra-estrutura

1. Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IF-SC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. *G4: áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão)*
(G4: Atrelar aos planos diretores.)

2.4.7. (G4: Política de) Gestão ambiental

1. Adoção de práticas de Educação Ambiental que enfatizem e proporcionem a conscientização da comunidade acadêmica, de modo a desenvolver a responsabilidade coletiva pela preservação do meio ambiente.

(G4: atenção às considerações do tópico 2.4.5

Ampliar o conceito de Gestão Ambiental, no que diz respeito às práticas institucionais.

Relacionar ao projeto IFSC Sustentável)

(G4: 2.4.8 Gestão da Tecnologia da Informação e da Comunicação

2.4.9 Política de Comunicação

*“O serviço público deve ser ofertado de forma ampla e democrática, e para tal precisa se apropriar de instrumentos adequados de comunicação para levar a conhecimento da sociedade a existência de serviço público, principalmente para os segmentos da sociedade com dificuldade de acesso à informação. Comunicação na área pública **não é uma despesa nem investimento**, mas uma obrigação por ser a comunicação um agregado do serviço público”. (Justificativa)*

Diretrizes:

- construção da política de forma participativa.*
- consideração da equidade, transparência, dos públicos estratégicos*

** sugere-se a especificidade do serviço ofertado pelo IFSC.*

** extração da palavra “obrigação”.*

** atrelar ao projeto institucional da Política de Comunicação.*

** revisão da redação (trata-se de uma justificativa) aguardar a consolidação do projeto para inclusão da política no PPI.*

2.4.10 Política de Internacionalização)

2.5. Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região

(G5 : O seminário indica a necessidade de contextualização/introdução do item 2.5 (revendo o próprio título), que pode ser reorganizado em: acesso, permanência e êxito e egressos, relacionando a constituição, legislação vigente no que se refere à políticas de inclusão, tendo como base o direito à Educação e a inclusão social. Deve-se rever o item 2.5.1- estão misturados contextualização, ações de acesso, diretrizes.

Sugere-se a dissertação/conceituação sobre inclusão social e sua relação com o acesso, a permanência e êxito e egresso. Além disso, deve-se relacionar quais os públicos alvo da instituição, notadamente os em situação de vulnerabilidade social.

Sugere-se a retirada dos números referentes às cotas pois corre-se o risco de desatualização frente às mudanças legais. Sugere-se que qualquer referência ao histórico do IFSC seja abordada apenas em item específico (1.2) deste documento.

Sugere-se descrição geral de ações de inclusão do IFSC, e não pontuais por câmpus.

Sugere-se citar os documentos institucionais referentes à inclusão: Plano de Inclusão, a Política de Assistência Estudantil, a Proposta das Cotas, Resolução do nome social para transsexuais, NAPNEs, sem o aprofundamento dos temas, visto que esses podem ser alterados por legislação.)

2.5.1. Formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro, estímulos à permanência, acompanhamento dos egressos.

A expansão da Rede Federal, gerada pela ampliação dos Centros Federais de Educação Tecnológica, tem contribuído para o aumento da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica. A transformação dos Centros Federais em Institutos Federais de Educação significa uma mudança estrutural que permite “a formulação de propostas de inclusão social que venham a favorecer a melhoria das condições de vida de grupo em desvantagem social e que reconhecem, na diversidade, uma forma diferenciada de contribuir para o exercício do direito à educação de qualidade para todos os segmentos da sociedade excluídos dos processos de formação profissional.”¹⁰

Nesse sentido, o documento Políticas de Inclusão da Rede Federal de Ensino Tecnológico e Profissional define grupos em desvantagem social como,

“todos aqueles que, por diferentes razões (sociais, econômicas, étnico-raciais ou culturais), apresentam dificuldades de acesso, de permanência ou conclusão no seu percurso formativo em instituições de ensino de qualidade. Não se trata esses grupos como desvalidos da sorte ou classes menos favorecidas, aos quais devemos, por princípio de solidariedade, praticar qualquer tipo de ação assistencialista. Os grupos em desvantagem social são identificados por receberem da sociedade um reconhecimento negativo em função de características (condição étnico-racial, gênero, renda), por suas relações sociais (origem familiar, rede de relações pessoais ou por suas condições como agentes econômicos, políticos e culturais. Trata-se de construir uma diversidade, construída social, histórica e culturalmente que se traduz em prejuízo no momento de um processo seletivo competitivo no qual se pressupõe condições de igualdade para todos. Pela condição que possuem, as pessoas em desvantagem social enfrentam barreiras que podem se tornar impeditivas para o seu ingresso, permanência e conclusão com sucesso.”¹¹

Trata-se de reconhecer uma diferença, construída social, histórica e culturalmente, geradora de prejuízos e que pressupõe condições de igualdade para todos quando estas não possuem tratamentos, de fato, igualitários.

Desse modo, adota-se a concepção de Ações Afirmativas como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos de toda e qualquer discriminação, seja racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Assim, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2005, p.49).

Com a criação dos Institutos Federais, destaca-se como foco a justiça social e a igualdade. Isso implica dizer que, na atualidade, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem o compromisso de disseminar cada vez mais propostas de inclusão social.

No Instituto Federal de Santa Catarina, a discussão sobre políticas inclusivas se realiza continuamente e se manifesta por meio de propósitos e ações que visam, cada vez mais, propiciar condições de acesso, permanência com êxito no percurso formativo e inserção sócio-profissional de grupos em desvantagem social.

Experiências importantes têm sido realizadas com o compromisso de atender grupos em desvantagem social. Na década de 90, essas experiências traduziram-se em projetos de preparação para o acesso de estudantes da rede pública estadual e municipal aos cursos técnicos da então Unidade São José, através do Programa Nivelamento. Em 1998 é criado o Núcleo de Educação Profissional para Surdos, também na Unidade São José. Até o presente momento, várias modalidades de ensino para surdos foram ofertadas e, atualmente, está em construção o *Campus* bilíngüe, que atenderá plenamente essa comunidade.

Ao ser institucionalizada uma Política de Inclusão para o IF-SC, desenvolve-se um conjunto de ações que promovem a preparação para o acesso, o ingresso, a permanência e êxito no percurso formativo na instituição e o acompanhamento da inserção sócio-profissional dos estudantes egressos.

Tais ações inserem-se no Programa de Ações Afirmativas, cujo foco é o sujeito em desvantagem social. Ao conceituar Ações Afirmativas, o GT pautou-se na seguinte definição: “Ações Afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado, com o objetivo de minimizar e eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras historicamente acumuladas, garantindo

a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização”¹²

Com a criação do GT Ações Afirmativas, em 2007, dá-se início à discussão da reserva de vagas que culmina com a criação dos seguintes critérios e diretrizes para as políticas de inclusão:

Critérios para a reserva de vagas:

1. Reserva para negros: 10% para candidatos negros que preferencialmente tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino;
2. Reserva para oriundos de Escola Pública: 50% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino.
3. Para o acesso aos cursos de educação profissional técnica de nível médio e de graduação, serão aplicadas ações afirmativas para promover a inclusão de grupos em desvantagem social, garantindo, no mínimo, reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública e para negros.
4. Para o acesso aos cursos de graduação e aos cursos técnicos subseqüentes, serão utilizados os resultados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) nos processos seletivos, exclusivamente ou articulados a outros mecanismos de seleção.
5. Para o acesso aos cursos do Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa.
6. Para o acesso aos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão.
7. A reserva de vagas para pessoas com necessidades educacionais especiais, será aplicada conforme legislação específica.

Diretrizes para as políticas de Inclusão:

1. Apoio acadêmico estruturado em projetos e programas voltados ao atendimento pedagógico;
2. Apoio econômico em face das demandas de situação de baixa renda, compreendendo a criação, reestruturação e ampliação de programas de assistência estudantil já existentes no IF-SC;
3. Celebração de convênios com órgãos públicos ou privados para auxiliar a permanência no IF-SC;

4. Atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o reconhecimento das suas características sócio-culturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular sua inserção protagonista e solidária no IF-SC.
5. Implementação de ações indicadas pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

2.5.2 Permanência e conclusão com êxito

(G5: É preciso conceituar os termos permanência e êxito, embasando-se nos documentos vigentes (Ex: Termo de Acordo e Metas, consulta DEIA- Diretoria de Estatística).

Entende-se que a instituição precisa assumir a sua responsabilidade social no que se refere às ações de permanência e êxito, através de mecanismos que possibilitem o diagnóstico da evasão e concretização/potencialização de ações em prol da permanência e conclusão com êxito.

É importante salientar que as ações de permanência devem levar em consideração as características regionais (microrregiões - ver mais em item 2.1) pois impactam diretamente na conclusão com êxito.

Há estudos (de servidores do IFSC) que podem ser utilizados como referência no desenvolvimento desse item.)

Para combater a evasão escolar as políticas educacionais passaram a atuar, principalmente, a partir de meados dos anos 90, em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno evadido e outra de reestruturação do ensino para mantê-lo na escola.

Se por um lado, o termo evasão escolar remete a um sujeito que abandonou os estudos, por outro, não explica os motivos do abandono. Considerando que, em alguns casos, o aluno volta a estudar em outra instituição, acredita-se que esse abandono da escola não significa dizer que ele desistiu de aprender ou de estudar. Tal conclusão obriga o profissional da área a refletir sobre a questão e detectar as motivações da evasão a fim de minimizá-la, e por que não eliminá-la.

São vários os fatores que desencadeiam a evasão:

1. Falta de conhecimento sobre o curso e sobre a área de atuação profissional;
2. O horário da oferta do curso, em muitos casos, impossibilita a conclusão do mesmo para os alunos trabalhadores;

3. O fato de não ter com quem deixar os filhos, principalmente, no período noturno;
4. A necessidade de trabalhar em mais de um emprego para sustentar a família;
5. O aluno não consegue acompanhar o currículo do curso, pois falta embasamento anterior;
6. Para os trabalhadores da área, falta disponibilidade de horário, etc.

No que se refere à repetência, o problema pode estar relacionado a três grandes fatores, a saber: hábitos inadequados de estudo dos alunos; diferentes ritmos de aprendizagem; e professores com metodologias e formas de avaliação inadequadas ao público alvo. Sendo assim, para aprofundar e ao mesmo tempo, reverter esse diagnóstico, estão sendo acompanhadas de forma sistemática algumas ações, tais como o projeto Hábitos de Estudos no Ensino Médio; monitoria para os alunos; atendimento paralelo realizado pelos professores; contrato Pedagógico com alunos dos *Campi* do IF-SC, além de:

1. Implementar estratégias de divulgação institucional para fortalecer a identidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como Instituição Pública, Gratuita e de Qualidade.
2. Promover e efetivar a permanência e êxito do estudante em seu percurso formativo, propiciando apoio ao educando, estruturado em projetos e programas voltados ao atendimento pedagógico;
3. Estabelecer Política de Assistência Estudantil, com previsão de recursos inclusive advindos dos processos de ingresso, até o segundo semestre de 2009;
4. Planejar as atividades acadêmicas e institucionais com base no diagnóstico sócio-econômico das turmas ingressantes;
5. Reestruturar e ampliar o programa de monitoria para todos os cursos, garantindo que as unidades curriculares com maior índice de reprovação ofereçam atendimento diferenciado;
6. Ampliar o programa de bolsas de pesquisa, priorizando critérios sócio-econômicos;
7. Criar programa de atendimento paralelo realizado pelos docentes, com gestão específica, garantindo que as unidades curriculares com maior índice de reprovação ofereçam atendimento diferenciado;
8. Propiciar a formação político-social dos estudantes, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re)conhecimento das suas características socioculturais e conômicas, estimulando uma inserção protagonista e solidária no IF-SC.

Todas essas ações favorecem que o IF-SC tenha experiência na minimização do problema da evasão e do fracasso escolar, atendendo, assim, as pessoas em desvantagem social.

2.5.3 acompanhamento de egressos

(G5: O item 2.5.3 deve ser revisto, especialmente o conceito de egresso para a instituição. Ver conceito na DEIA (egresso formados e evadidos).

O item deve abordar diretrizes norteadoras para futuras ações de acompanhamento dos egressos (indivíduo/empregador).

Espera-se que as informações provenientes dos egressos possam informar a tomada de decisões da instituição, dentre elas a revisão curricular, as ofertas de cursos, diminuição dos índices de evasão.

Com base nas informações provenientes dos egressos, facilitar a inserção socioprofissional.

Suprimir as questões relacionadas a um único câmpus.)

Compreende-se como egressos, os alunos concluintes, os jubilados, os desistentes e os transferidos.

As ações relativas aos egressos, em andamento no IF-SC, estão relacionadas somente àqueles alunos que são desligados da Instituição. Entretanto, no que diz respeito ao aluno concluinte, torna-se muito importante um olhar sobre estes a fim de detectar modelos de práticas bem sucedidas, realimentando o projeto pedagógico do curso. Além disso, é muito importante para a instituição identificar a inserção sócio-profissional, as perspectivas e expectativas positivas nas aproximações do concluinte com o mundo de trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente, efetivo e democratizador das informações que subsidiem o educando para sua inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, o *Campus Florianópolis-Continente* iniciou uma pesquisa com os alunos egressos do semestre 2007.2 investigando a inserção ou não desses no mundo do trabalho. A referida pesquisa pretende acompanhar os egressos das turmas do Projeto Piloto já iniciado nesse *Campus*.

São ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção sócio-profissional:

1. Implantar o Observatório da Educação Profissional;
2. Implementar um Portal do Egresso alinhado com as ferramentas da SETEC, garantindo acessibilidade;
3. Implementar um setor específico de acompanhamento sistemático do egresso na estrutura da instituição;

4. Fomentar a participação dos egressos em Formação Inicial e Continuada, bem como em projetos de pesquisa e extensão da instituição, preferencialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
5. Criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha.

2.5.4. Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

(G5:

Adequar o termo para Pessoa com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais.

Rever os sujeitos da educação especial à luz da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2007).

Deve-se atualizar o histórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, para introduzir o tema ressaltando o direito de todos à educação profissional de qualidade, mencionando a proposta de implantação do Câmpus Palhoça-Bilingue.

Focar as diretrizes no conceito e funções do NAPNE.

Esse item deve reforçar o compromisso com a formação continuada dos servidores para o atendimento ao público da educação especial, que pode ser realizada com servidores do IFSC ou com parcerias com outras instituições.

Esse item deve reforçar o compromisso com a implementação da acessibilidade arquitetônica frágil.

O grupo levantou a preocupação com certificações intermediárias, aptidão para e terminalidade específica. E tema deve ser contemplado no documento com o estabelecimento de diretrizes para atuação na instituição.

Excluir as menções de legislação e citar que a instituição deve seguir a legislação vigente, pois são muitas para serem citadas para cada especificidade.)

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e deficientes, em meados dos anos 80 iniciam em nível internacional um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a idéia de "educação especial", o que de certa forma segregava o deficiente.

Seqüencialmente, desponta um movimento oriundo dos EUA: "Regular Education Initiative" (REI), objetivando a inclusão, na escola comum, de crianças com alguma deficiência. Esse movimento assinalava a ineficácia da educação especial, propondo unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo.

O REI foi a primeira manifestação significativa a favor da prevalência de um único sistema educativo para todos, na medida em que também defendia a minimização da separação por língua, gênero, grupo étnico, outros. Vale acrescentar que tais separações ocorriam somente após criteriosa reflexão.

A discussão prossegue de tal maneira que, já no final do século passado, falava-se na necessidade de um novo paradigma, o qual entendia que a dificuldade manifestada por alguns alunos não pertenciam propriamente aos mesmos, mas sim pelas formas de ensinar das escolas.

A Conferência Mundial, em Salamanca (Espanha) aprova-se a Declaração de Salamanca, uma referência internacional da educação inclusiva, difunde-se o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE). A partir de então, o conceito de NEE se estende a crianças em desvantagem, tais como: altas habilidades, crianças de rua ou em situação de risco, trabalhadoras, oriundas de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, que vivem em situações desfavorecidas ou marginalizadas, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

Na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE).

No âmbito do Ministério da Educação, constituem as políticas inclusivas: políticas para pessoas com necessidades especiais; políticas de direitos humanos para crianças e adolescentes; políticas de gênero e diferença sexual; políticas de inclusão étnico-racial; políticas para inclusão étnico-racial das comunidades indígenas; políticas de inclusão de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica; políticas inclusivas para educação do campo. Estas buscam consolidar o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, promovendo sua emancipação e sua inclusão nos sistemas de ensino.

A acessibilidade física inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das PNEs.

Dando sustentação a esse compromisso, em junho de 2008, o CEFET-SC, submeteu ao Programa INCLUIR do MEC/SESU um Projeto que visa oferecer condições de acessibilidade e condições técnico-pedagógicas. Tendo sido aprovado o projeto, está em implementação a ocupação de espaços

físicos equipados adequadamente para atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), existentes nos 7 (sete) *Campi* em funcionamento.

Na perspectiva de orientar os profissionais da Instituição no trabalho com PNEs, estão programadas oficinas com abordagem pedagógica e metodológica e a implementação dos seguintes Decretos:

1. Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade;
2. Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02 que regulamenta a inclusão da Libras como unidade curricular, a formação do professor, do instrutor e do tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular visando à inclusão de alunos surdos;
3. Decreto nº 6.094/07, cujas diretrizes garantem o acesso e permanência no ensino regular e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

2.5.5. Processos de inclusão por meio da Educação a Distância

(G5: Sugerimos que esse ponto passe para o item Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão por se tratar de uma modalidade de oferta de curso, no entanto reforçamos a necessidade de institucionalização dessa oferta, tendo em vista a potencialidade de inclusiva para trabalhadores e pessoas com deficiência, por exemplo.)

A educação presencial nos seus diferentes níveis e modalidades constitui a fórmula pedagógica universal no campo da educação e formação em geral. Essa realidade vem mudando substancialmente com a apropriação das tecnologias da informação e comunicação, notadamente no mundo da formação superior, profissional e tecnológica, por favorecer a ampliação do acesso ao conhecimento, inclusão social e multiplicidade de oferta. Ocasionalmente, debate-se, nacional e internacionalmente, qual a terminologia mais apropriada, já que, com os inúmeros recursos tecnológicos, eliminam-se as distâncias e fronteiras e torna enorme a diversidade de arranjos e combinações possíveis. Considera-se que a diferença básica entre educação presencial e a distância está no fato que, na educação a distância o aluno constrói conhecimento – ou seja, aprende - e desenvolve competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados, não com a ajuda em tempo integral da aula de um professor, mas com a mediação de professores (orientadores ou tutores), atuando ora a distância, ora em presença física ou virtual, e com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização

específicos, bem como de materiais didáticos intencionalmente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados através dos diversos meios de comunicação. Desta forma, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais, segundo a legislação em vigor, devendo prever obrigatoriamente momentos presenciais para:

- I - avaliações de estudantes;
- II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

O desafio de educar e educar-se a distância é grande. A base do trabalho educativo é o compromisso ético daquele que educa a distância com o desenvolvimento de um projeto humanizador, capaz superar a massificação, mesmo quando dirigido a grandes contingentes. Para isso é preciso ter como foco a aprendizagem do aluno e superar a racionalidade tecnológica que valoriza meios em detrimento dos fins. Esta superação exige o domínio das linguagens e tecnologias que vamos dispor e abertura para a mudança de modelos “presenciais”, no que diz respeito a aspectos culturais, pedagógicos, operacionais, jurídicos, financeiros, de gestão e de formação dos profissionais envolvidos com a preparação e implementação desses cursos. As técnicas, tecnologias e métodos de educação a distância têm sido incorporados pelas melhores universidades do mundo em seus cursos presenciais. Essa forte tendência sinaliza, para um futuro próximo, o crescimento da educação combinada - a que harmoniza presença e distância, balanceando-as de acordo com a natureza do curso e as necessidades dos estudantes. Ao interiorizar e expandir seus cursos, via modalidade a distância, o IF-SC está ampliando sua contribuição para elevar o nível de escolaridade da população,

oportunizando a inserção no mercado do trabalho, promovendo a inclusão digital e a alfabetização tecnológica, fortalecendo as cadeias produtivas e, conseqüentemente, a melhoria do desenvolvimento regional, oportunizando a fixação dos jovens e adultos em suas cidades de origem. Tendo como foco a sua missão social e a responsabilidade com o desenvolvimento regional, a elaboração dos projetos pedagógicos deve ser baseada nas seguintes diretrizes, visando oferecer uma educação de excelência e qualidade:

- a) Utilização das tecnologias da informação e comunicação

A utilização conjunta das tecnologias da informação e comunicação aliada a metodologia de ensino-aprendizagem, seja pela utilização de um Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem – AVEA, seja pelo uso da videoconferência ou qualquer ou outro tipo de tecnologia que possibilite a interação síncrona, permitirá um trabalho colaborativo e cooperativo visando a construção de uma aprendizagem significativa e contextualizada.

b) Democratização e expansão do acesso aos vários níveis de ensino

Ao incorporar as tecnologias da informação e comunicação como mediadoras do processo ensino-aprendizagem, o IF-SC pretende alcançar um público que em razão da distância ou rigidez dos horários, não consegue ter acesso aos cursos oferecidos na modalidade presencial. Devido a suas características e potencialidades, a modalidade de educação a distância proporciona um incremento na oferta de vagas, contribuindo para a democratização das oportunidades educacionais através da municipalização dos processos de ingresso.

c) Capacitação continuada de recursos humanos para a EAD

A qualidade dos projetos em EAD está diretamente relacionada a seus recursos humanos. Para atingir a excelência nos processos educativos torna-se necessário um aproveitamento integral das novas tecnologias, o que implica numa demanda por profissionais de alto nível de especialização. Para tanto, além de investir nos programas de formação continuada, deve fomentar a participação em cursos de formação específica em EAD, em nível de pós-graduação. A partir das necessidades detectadas buscará propiciar a discussão dos aspectos teóricos e metodológicos da modalidade e aqueles referentes à produção de materiais, tanto para os docentes como para as equipes de suporte, abordando estratégias, métodos e ferramentas que propiciem a efetividade no processo educacional.

d) Produção de material didático através de mídias integradas

O processo de elaboração de materiais didáticos é extremamente complexo, exigindo tratamento pedagógico diferenciado para que se possa alcançar os objetivos educacionais. Para a produção do material didático é necessário que profissionais qualificados nas diversas áreas de conhecimento façam parte de um grupo de trabalho, onde a produção tenha natureza coletiva, crítica e reflexiva, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da interatividade e colaboração que garanta a qualidade da aprendizagem dos alunos. O desenvolvimento integrado de conteúdos educacionais em mídia impressa e digital e sua veiculação na internet, nas ondas do rádio e da TV e

em dispositivos móveis, irão permitir alcançar os mais variados públicos, nas mais diferentes localidades.

e) Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias educacionais

Pelas características peculiares da educação profissional e tecnológica, a pesquisa aplicada no desenvolvimento de soluções criativas para a prática profissional, utilizando objetos de aprendizagem, laboratórios virtuais e remotos entre outras ferramentas é fundamental para permitir aos alunos acesso aos experimentos e práticas necessárias para sua formação. A utilização de simulações e jogos eletrônicos permite a experimentação de situações que por razões de custo, segurança e disponibilidade não seriam possíveis com as alternativas convencionais.

f) Avaliação contínua dos processos e produtos

A definição de uma política avaliação multidimensional que contemple os enfoques formativo, somativo e regulatório dos processos, abrangendo aspectos da aprendizagem, dos sistemas educacionais e da instituição, integrando as visões internas e externas fornecerão os subsídios necessários para fazer a gestão dos cursos, tendo em vista a melhoria continuada de resultados. Esta prática deve permitir identificar as potencialidades e fragilidades do curso, do processo de ensino-aprendizagem nas unidades curriculares, socializar os resultados avaliativos, recomendar ações tendo em vista a melhoria continuada dos cursos e realizar a meta-avaliação do processo.

(G5: Esse texto deve ser desdobrado nas microregiões, agregar as informações demográficas, atualizar as atuais. Indicadores: escolaridade da população local, oferta da educação local e a contratação por ofício na área. Enfatizar questões relacionadas à atividade portuária, atividades emergentes, polos de inovação tecnológica, distribuição de renda,

Essa inserção vai justificar a ação do IFSC, oferta dos cursos...

Localizar as regiões, quais são, como se caracterizam...)

(G1: Este item 2.1 alocar no item 1. Justificativa: etendemos que o item deve inserir-se na descrição do perfil institucional.)